

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A CONTROVÉRSIA SOBRE O PLANEJAMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA:
GUDIN X SIMONSEN**

Por Charles Medeiros Teixeira

Florianópolis, Novembro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A CONTROVÉRSIA SOBRE O PLANEJAMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA:
GUDIN X SIMONSEN

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Charles Medeiros Teixeira

Orientador: Prof. Marcos A. Valente.

Área de Pesquisa: História do Pensamento Econômico.

Palavras-Chave: 1. Planejamento
2. Industrialização
3. Eugênio Gudín
4. Roberto Simonsen

Florianópolis, Novembro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6,0 ao aluno *Charles Medeiros Teixeira* na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Professor Marcos Alves Valente
Presidente

Professora Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Membro

Professor Pedro Antônio Vieira
Membro

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	5
RESUMO	7
Introdução	8
Objetivos	11
Objetivos Específicos.....	11
Metodologia.....	11
CAPÍTULO I – A economia brasileira em processo de mudança.....	12
Acontecimentos Culturais e Políticos	12
O Planejamento e a Industrialização.....	13
A Questão Financeira e Tributária.....	20
O Papel do Estado.....	22
A CEPAL e Correntes Políticas na Controvérsia	23
CAPÍTULO II – Simonsen e Gudin	24
Roberto Cochrane Simonsen.....	24
Eugênio Gudin Filho.....	34
CAPÍTULO III – A controvérsia sobre o Planejamento da Economia Brasileira.....	44
O Relatório e a Crítica	55
Relatório ao Conselho por Roberto Simonsen	55
O Enriquecimento Ilusório	55
A Visão Norte-Americana.....	56
A Situação Brasileira	56
Os Padrões de Vida.....	57
A Renda Nacional.....	57
A Planificação Econômica	58
Financiamento e Intervencionismo.....	58
Capitalismo Naturalista de Eugênio Gudin.....	59
CAPÍTULO IV - Conclusão.....	61
Referências Bibliográficas	64

LISTA DE SIGLAS

AIB: Ação Integralista Brasileira.
AI-1: Ato Institucional nº 1.
ANL: Aliança Nacional Libertadora.
BB: Banco do Brasil.
BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.
CBE: Congresso Brasileiro de Economia.
CBI: Congresso Brasileiro da Indústria.
CEN: Conselho da Economia Nacional.
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina.
CEXIM: Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.
CFCE: Conselho Federal de Comércio Exterior.
CFP: Comissão de Financiamento da Produção.
CIE: Confederação Industrial do Brasil.
CIESP: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.
CME: Coordenação da Mobilização Econômica.
CNI: Confederação Nacional da Indústria.
CNP: Conselho Nacional do Petróleo.
CNPIC: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.
CPE: Comissão de Planejamento Econômico.
CSN: Companhia Siderúrgica Nacional.
DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público.
EPGE: Escola de Pós-Graduação em Economia.
EUA: Estados Unidos da América.
FED: Federal Reserve
FGV: Fundação Getúlio Vargas.
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
FMI: Fundo Monetário Internacional.
FNM: Fábrica Nacional de Motores.

FUP: Frente Única Paulista.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INAP: Instituto Nacional de Aplicação da Previdência.

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

IDORT: Instituto de Organização Racional do Trabalho.

OTN: Obrigações do Tesouro Nacional.

PC do B: Partido Comunista do Brasil.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PEG: Plano Econômico Geral.

PIB: Produto Interno Bruto.

PSD: Partido Social Democrático.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SESI: Serviço Social da Indústria.

SUMOC: Superintendência da Moeda e Crédito.

UDN: União Democrática Nacional.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

RESUMO

O papel do Estado na economia brasileira foi um constante objeto de debates entre os economistas, políticos e intelectuais, conhecida como a “Controvérsia sobre o Planejamento”. Dentro de pareceres e relatórios técnicos que se explicitaram essas duas posições alternativas típicas: o neoliberalismo de Gudin e o dirigismo de Simonsen. As duas posições marcaram a cena nacional até 1956, sendo os economistas Eugênio Gudin Filho e Roberto Cochrane Simonsen os principais nomes da controvérsia. O trabalho visou estudar as idéias defendidas por ambas as correntes, para assim, compreender de que modo e como se desenvolveu o pensamento econômico brasileiro no contexto da época.

Introdução

No Brasil, a década de 30 e o período de guerra foram marcados por profundas mudanças do eixo político, e conseqüentemente, econômica e socialmente.

O papel do Estado na economia brasileira objeto de debates entre os economistas, apresentada como a “Controvérsia sobre o Planejamento”. Foram na forma de pareceres e relatórios técnicos que se explicitaram as duas posições alternativas típicas: “o neoliberalismo e o dirigismo”. As duas posições constituíram a matriz ideológica dos debates sucessivos sobre os rumos da política econômica que ocuparam a cena nacional até 1956.

Os principais protagonistas foram os economistas Eugênio Gudim Filho e Roberto Cochrane Simonsen. O presente trabalho visa interpretar as idéias defendidas por ambas as correntes como forma de entender o modo como se desenvolveram as correntes monetarista de desenvolvimentista do pensamento econômico brasileiro.

A Revolução de 1930 marca o fim da hegemonia agro-exportadora e início de um sistema produtivo baseado na indústria. Mas só em 1956 que volume de renda do setor industrial será maior do que da agricultura, e isso foi um longo percurso, junto com a mudança de mentalidade em relação ao papel do estado brasileiro, e a própria força invisível do capitalismo central (OLIVEIRA, 1987: p. 14).

Os anos a seguir à Revolução de 1930 transformaram as funções do Estado brasileiro e até a sua estrutura de ação. Com a queda, até certo ponto parcial, das oligarquias dominantes e o nascimento das classes sociais urbanas, a Revolução propiciou as rupturas estruturais necessárias ao desenvolvimento de uma nova relação política e econômica entre o Estado e a sociedade (IANNI, 1977: p. 13).

A Revolução de 30 cria as condições para o desenvolvimento do Estado burguês, mas é importante ressaltar, ainda, que os padrões e valores sociais e culturais estritamente burgueses caracterizam esse processo.

Antes de acontecer a Revolução de 30, e a deposição do Presidente Washington Luís, em outubro do mesmo ano, foram discutidos vários problemas como segue: democratização

do sistema político em geral, no que diz respeito ao processo eleitoral e funcionamento dos poderes; protecionismo do mercado brasileiro e defesa da indústria brasileira ainda pequena; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino em todos os níveis; formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais; as funções do poder público na proteção e incentivo às atividades econômicas já estabelecidas e novas; políticas governamentais na defesa e aproveitamento das riquezas minerais.

Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945, adotou uma série de medidas econômicas e modificações institucionais que mudaram, como já mencionado, as relações entre o Estado e o sistema político-econômico. Mas temos que entender que esse processo de mudança não teve um plano preestabelecido e nem foi objeto de estudo prévio das condições brasileiras, mas no que vinha por acontecer no decorrer desse período. Mas em relação aos interesses e pressões econômicas e financeiras, muitas vezes eram de origem externa, onde não se poderia ter controle algum.

O Brasil era típico país de economia dependente, e para ser mais exato, uma economia primária exportadora. E a produção e exportação de café, sendo o principal setor da economia brasileira, representavam na década 20, e também na de 30, mais de 80 % do valor global das exportações do Brasil (IANNI, 1977: p. 16). Isso nos mostra a importância relativa dessa cultura na criação de capacidade para importar, e também a vulnerabilidade (relativo à crise externa) do setor exportador e por consequência, de outros segmentos da economia brasileira. Sendo a exportação o principal agente da economia nacional.

Sabemos, historicamente, que as empresas comerciais e financeiras européias e norte-americanas praticamente controlavam o setor externo brasileiro, em todos os sentidos, tanto política e econômica, ou seja, o que deveria ser exportado para eles como o importado para o Brasil. Os produtos com menor valor agregado, como o café, estavam na pauta de exportação, e os de maior valor agregado, manufaturas, vinham para o Brasil, atender ao consumo da classe média.

Na época, o governo protegeu e incentivou, sem ressalvas, as atividades produtivas conectadas ao setor externo, para também manter o sistema político-econômico vigente.

Em correlação com a crise externa, formaram-se grupos sociais, com interesses diferentes aos do setor agro-exportador e de sua burguesia dominante. Esses novos grupos

sociais, adeptos da indústria que começa, nasceram da urbanização, sendo os mais importantes: os primeiros núcleos proletários, uma nova elite burguesa industrial, e uma importante camada denominada classe média, que será responsável por demandar produtos industriais.

A Depressão Econômica Mundial de 1929, que teve grande repercussão negativa no setor cafeeiro brasileiro, e por outro lado abriu os olhos aos problemas brasileiros, forçou todas as classes sociais e até mesmo a burguesia ligada à cultura do café a repensar as limitações da economia brasileira, que até então, estava voltada especialmente ao mercado externo.

Já, a Revolução de 30, que depôs o Presidente Washington Luís, que causou ruptura política, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores a 1930, mudou o eixo de atuação do pensamento para dentro. O Estado oligárquico não conseguiu conciliar o interesse econômico agro-exportador e a crise política e econômica mundial e brasileira.

A introdução de um novo modo de acumulação, com suas características particulares é fato que o processo da industrialização dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente. A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora que consistiu em penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo) (OLIVEIRA, 1987: p. 14).

Nesse período de materialização do novo Brasil urbano-industrial, acentuaram o confronto entre os velhos interesses agro-exportadores, que estavam em decadência, e os novos segmentos sociais (burguesia industrial) vinculados à acumulação industrial, cujas idéias começaram ganhar terreno no cenário nacional. A “controvérsia sobre o desenvolvimento econômico”, conforme ficou conhecida essa discussão no âmbito econômico e político, travava-se entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico, preocupada em defender e garantir a “vocação agrária” do Brasil, e uma corrente desenvolvimentista, que pregavam a intervenção do Estado na economia para promover a industrialização no país.

Nesse contexto nasceram as duas linhas ideológicas que influenciam e polarizam a intelectualidade brasileira durante a década de 50 (MANTEGA, 1984: p. 11).

O trabalho no seu Capítulo I estuda o Contexto Histórico no Brasil no âmbito econômico da época, o Capítulo II faz referência a biografia de Roberto Simonsen e de Eugênio Gudín. O Capítulo III examina a Controvérsia, e o Capítulo IV, apresenta as conclusões do trabalho.

Objetivos

Objetivo Geral

Apresentar e contextualizar a controvérsia sobre o planejamento da economia brasileira ocorrida no fim de 1944.

Objetivos Específicos

- a) Contextualizar o debate sobre o planejamento no quadro histórico dos problemas econômicas do período de 1930 a 1945.
- b) Examinar as principais condicionantes do parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial por Roberto Simonsen, em 1944.
- c) Analisar as conclusões de Eugênio Gudín referente ao parecer de Roberto Simonsen.

Metodologia

O trabalho faz uma pesquisa histórica e descritiva do parecer apresentado ao CNPIC por Roberto Simonsen (1944). A pesquisa aborda, no contexto histórico, o planejamento econômico como objeto de uma disputa entre correntes de pensamento econômico, por um lado, e entre interesses enraizados na economia e na estrutura de poder, por outro lado.

As fontes utilizadas são livros, teses, trabalhos acadêmicos e revistas especializadas em economia e história do pensamento econômico brasileiro.

CAPÍTULO I – A economia brasileira em processo de mudança

Acontecimentos Culturais e Políticos

Vários movimentos políticos e artísticos novos surgiram dentro desse novo mundo urbano, na década de 20, dentre desses então: o Partido Comunista do Brasil (1922); as primeiras manifestações do tenentismo, ligadas a alguns setores do Exército; a Legião do Cruzeiro do Sul (1922), partido político de inspiração fascista; a Semana de Arte Moderna, em São Paulo (1922), com participação de jovens artistas de vanguarda. Isso mostra, que a urbanização da sociedade não tinha mais volta, e como consequência à industrialização encampada na bandeira do desenvolvimento.

Sendo assim, cresce timidamente o mercado interno criando um novo caminho de renda para a incipiente indústria manufatureira. A abolição da escravatura e a grande imigração de europeus (colonos, artesões e operários) transformaram a economia, a cultura e por consequência a sociedade brasileira em especial a urbana.

Assim, os novos grupos políticos no poder começaram a modificar os órgãos governamentais e em consequência a política econômica financeira. E também administrar e controlar os ainda poderosos interesses econômicos e políticos ligados à cafeicultura. Mesmo assim, o novo governo conseguiu implementar novas diretrizes governamentais.

Mas no decorrer no primeiro Governo Vargas, as lutas políticas continuaram intensas, e até mesmo violentas em certas ocasiões, dentre os personagens das forças políticas e militares vitoriosas na Revolução, estão: Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Juarez Távora e outros, e além do já mencionado Getúlio Vargas.

Fatos políticos importantes transcorrem após a Revolução de 30: fundação da Ação Integralista Brasileira, em 1932, partido de direita, conteúdo fascista; fundação da Aliança Nacional Libertadora, em 1934, movimento político de esquerda, caráter socialista; a Revolução Paulista, em 1932, ligada a Oligarquia anterior, tentando recuperar o poder federal; a nova Constituição Nacional de 1934; o levante comunista, em 1935; e o levante integralista, em 1938 (IANNI, 1977: p. 20).

Em 10 de novembro de 1937, o Presidente Getúlio Vargas e seus seguidores, dão o Golpe e instalam a ditadura, sob o nome de Estado Novo. Liquida as poucas e frágeis

instituições democráticas, e ao mesmo tempo acelera a quase destruição das forças políticas sobreviventes do Estado oligárquico. Respalhando o Estado Novo, setores burgueses, simpatizantes de parte da força militar e em aliança com setores da classe média, começam a controlar o poder político e opinam sobre política econômica.

Os partidos e movimentos políticos que de certa forma haviam lutado e defendido Getúlio Vargas em 1930, e que defendiam também as instituições democráticas, se decepcionaram com o Golpe de 1937, a ditadura de Vargas. Esse descontentamento é justificado no seguinte motivo: passar de regime oligárquico de instituições democráticas frágeis para ditadura (1937) de tipo burguês sem instituições democráticas.

Por outro foco, a burguesia mercantil-exportadora foi contra um processo de industrialização pesada, pois no seu entendimento, trairia qualquer possibilidade de manter sua hegemonia, ou até mesmo a extinguir. A burguesia mercantil-exportadora não apresentou força suficiente para impedir a ação industrializante estatal, mas ao menos teve êxito em evitar a sua própria extinção (DRAIBE, 1985: p. 127).

O Planejamento e a Industrialização

A exigência do setor industrial por uma orientação econômica dirigida mais para seus interesses, ganhou no período em questão, a forma de uma proposta de planificação da economia nacional, cujo objetivo principal desenhou um tipo de desenvolvimento centrado na industrialização (DINIZ, 1978: p. 205).

Em 1931, o Presidente Getúlio Vargas, coloca uma nova diretriz que expressa a nova imagem das relações entre o poder público e as atividades produtivas, que consistem na “organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar” (IANNI, 1977: p. 19).

O espaço aberto pelo surgimento de uma série de órgãos estatais, conselhos técnicos, comissões, missões, institutos, superintendências, tornou possível a atuação dos detentores do saber econômico. Assim, essas novas agências decisórias se tornaram não só centros de demanda de profissionais técnicos como também se tornaram locais de formação de equipes especializadas nas tarefas de regulamentação e planejamento econômicos. Na elaboração de estudos,

recomendando políticas para setores específicos, orientando investimentos, por isso, as novas agências decisórias representaram um importante elemento para decisão ou na influência de políticas econômicas. Do conjunto das agências criadas, destacaríamos, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE, 1934-49), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC, 1944-46) e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE, 1944-45), por suas amplitudes de esfera de ação, e pelos papéis relevantes na criação de áreas de atuação no desenvolvimento econômico, e particularmente, da industrial (GOMES, 1994: p. 91).

O Roberto Simonsen, o representante do empresariado industrial no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), apresentou um parecer justificando a necessidade da planificação econômica. Excluindo os quatro representantes dos Ministérios, a maior parte dos conselheiros tinha ligações com a indústria ou com comércio, com a posição comum de apoio à idéia da planificação. E o andamento dos trabalhos revelou certas divergências quanto ao tipo de proposta a ser encaminhada ao Governo, na discussão Roberto Simonsen destacou-se como o defensor de uma maior radicalização da intervenção estatal na economia, em prol do fortalecimento do setor industrial (DINIZ, 1978: p. 205).

Os países capitalistas começaram a adotar a idéia de planejamento, diante da necessidade primeira de alcançar certos objetivos econômicos e sociais.

Na verdade tratou-se de uma modalidade de planejamento e de intervencionismo comprometida com o fortalecimento do setor privado, cujos objetivos consistem na criação da infra-estrutura necessária à industrialização, bem como dos estímulos adequados à expansão da livre empresa (DINIZ, 1978: p. 210).

O período 1934/1945, embora destituído de políticas definidas para certas áreas básicas como a industrialização, foi um importante momento em termos de ensaios de planejamento (DINIZ, 1978: p. 201).

O planejamento como instrumento de política econômica é relativamente recente tanto em países capitalistas como em socialistas. Mas o primeiro país a utilizar foi União Soviética Socialista, no seu plano quinquenal em 1929, e era, antes da guerra, o único país que usava o planejamento de maneira sistemática (LAFER, 1975: p. 9).

Como argumenta Lafer: A instabilidade do sistema econômico, com crises cíclicas na atividade e desemprego periódico em grau assustador, a nova ênfase no desenvolvimento

econômico e luta contra a miséria, e a mobilização das economias para a guerra, levaram à “elaboração de modelos racionais de política” (Planejamento), que permitissem dominar as forças econômicas em direção à alocação ótima dos recursos (LAFER, 1975: p. 12).

A demanda interna dessa população urbana, aos poucos vai aumentando, tanto de produtos agrícolas como principalmente de bens manufaturados pela indústria local. A indústria nacional vai de maneira progressiva substituindo os produtos importados, no que se refere aos bens de consumo imediato.

O planejamento consiste num modelo teórico, devidamente estudado, que propõe organizar e sistematizar a ação do poder governamental. O objetivo é de racionalizar o sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade da própria vida econômica em que se quer modificar.

Segundo Lafer:

“A partir da década de 1940 várias foram às tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia brasileira. Entretanto, o que se pode dizer a respeito dessas tentativas até 1956 é que elas foram mais propostas como é o caso do relatório Simonsen (1944-1945)” (LAFER, 1975: pp. 29-30).

Para se entender, a atuação da liderança industrial e comercial teve por objetivo criar um clima mais favorável, bem como ganhar a unidade dos setores empresariais e, se possível, a adesão de novos setores para a nova visão de política econômica que propunha. Esta nova orientação significou a institucionalização do intervencionismo estatal, o desenvolvimento dirigido através de um planejamento global, a industrialização como base da construção de uma nova sociedade (DINIZ, 1978: p. 210).

Um exemplo é o Plano de Metas, implementado por Juscelino Kubitschek, como o caso bastante bem sucedido na formulação e implementação de planejamento no Brasil (LAFER, 1975: p. 45). O Plano de Metas foi uma fase de intensa substituição de importações.

Nesta época, a taxa média de crescimento do PIB foi de 7% (1957 a 1962), o que contrasta favoravelmente com a taxa de 5,2% dos dois quinquênios anteriores (LAFER, 1975: p. 42).

A técnica de planejamento do Plano de Metas foi baseada em ter uma visão geral da economia brasileira, identificando os setores problemáticos, identificar os pontos de crescimento, pontos de estrangulamento internos e externos, interdependência dos setores e demanda derivada (LAFER, 1975: p. 37).

Segundo Lafer:

“O período de 1956-1961, no entanto, deve ser interpretado de maneira diferente, pois o Plano de Metas, pela complexidade de suas formulações - quando comparado com essas tentativas anteriores - e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil” (LAFER, 1975: p. 30).

Já segundo Draibe, o aparelho econômico do Estado alterou-se para uma forma centralizada e nacionalmente articulada, entre 1930 e 1945, rumando para a constituição do "capitalismo industrial" e do “Estado capitalista no Brasil” simultaneamente, através do nascimento e incorporação, crescente, de aparelhos regulatórios e da intervenção do Estado brasileiro beneficiando acumulação industrial (DRAIBE, 1985: p. 82).

Draibe conclui:

“... que a direção impressa pelo Estado à sua ação econômica contemplou, desde os anos 30, um projeto de desenvolvimento do capitalismo de sua forma e ritmo, no sentido do avanço da industrialização e num quadro geral de definição da autonomia nacional. O formato e a dinâmica do aparelho econômico do Estado expressarão aquele projeto assim como revelarão os limites impostos à autonomia do Estado por sua substância social” (DRAIBE, 1985: pp.99-100).

A aceleração industrial no pós 30 foi devida a resultados não esperados das políticas anticrise, isto é, uma industrialização tímida desencadeada pelo estrangulamento externo, e que na verdade a orientação da política de desenvolvimento econômico esteve focada em várias alternativas, dentre delas a industrialização estava entre seus objetivos prioritários (DRAIBE, 1985: p.100).

Para Draibe:

“... restam, hoje, poucas dúvidas sobre o fato de que, entre 1930 e 1945, no mesmo período em que se desencadeava a primeira fase da industrialização brasileira, a industrialização restringida, amadurecia também um projeto de industrialização pesada. Naquele momento, a ação estatal foi decisiva tanto no movimento econômico real quanto na tentativa de definir o processo e tomar a iniciativa da instalação das indústrias de base no país” (DRAIBE, 1985: p.100).

No começo os incentivos concedidos ao setor industrial foram de inegável importância para que a indústria confirmasse seu papel dinâmico e de líder, confirmando que este processo

não só representava o seu próprio crescimento industrial, mas de efetiva mudança da estrutura produtiva, com o setor leve de bens de produção assumindo o comando da acumulação capitalista no Brasil. Assim explica Draibe que “... a instalação das indústrias de base no Brasil foi um objetivo definido durante o Estado Novo” (DRAIBE, 1985: p.101).

Com a evolução da economia brasileira, vários problemas nacionais foram surgindo no que se refere a infra-estrutura de energia e transporte, da instalação de novos setores, como os da produção de equipamentos para as fábricas de cimento, de vidro plano, de alumínio, da indústria química, de material elétrico pesado, etc.

São reconhecidas as dificuldades para a atuação efetiva dos conselhos como órgãos de planejamento econômico, a superposição e a falta de integração entre as esferas de competência são alguns exemplos do desencontro (GOMES, 1994: p. 92).

Na prática o planejamento através de políticas de controle a intervenção estatal estava “... já em curso e a própria natureza dos gastos do Estado tinham, na prática, efeitos globais sobre a economia”. (DRAIBE, 1985: p.103). A elaboração de uma política geral centrada na industrialização que teve, no Governo, o seu mais importante representante o Ministério do Trabalho, e o maior crítico o Ministério da Fazenda, apoiado nas correntes que reivindicavam o retorno ao modelo liberal em termos de política econômica (DINIZ, 1978: p. 206).

Um plano quinquenal, criado pelo Decreto-lei nº 1.059, de 19 de janeiro de 1939, com previsão para gastar aproximadamente 10% da despesa orçamentária federal, em cinco anos. Este Plano Especial mirava investimentos em infra-estrutura, indústrias de base e, principalmente, no reaparelhamento das Forças Armadas (DRAIBE, 1985: pp.104-105).

A Comissão de Mobilização Econômica (CME), gerada dentro de um contexto da guerra, ocasionou uma enorme concentração de poder em mãos do Estado, ampliando muito o domínio de sua ação intervencionista. Um órgão destinado a organizar e canalizar as forças produtivas em direção às necessidades de defesa e segurança (Economia de Guerra). Por outro lado, a situação de carência e restrição das importações forçou a racionalização da produção e distribuição.

Segundo Draibe:

“O Serviço de Controle das Importações obedecia à seguinte ordem de prioridades: fins militares, serviços de utilidade pública, indústrias, construções em geral, diversos; ao permitir o funcionamento dos ramos industriais dependentes da importação de

insumos certamente respaldaram a ampliação do capital social básico e a implantação de algumas novas atividades industriais, tais como vidros planos, materiais ferroviário, etc” (DRAIBE, 1985: p. 112).

As propostas industrializantes foram ganhando força no 1º Congresso Brasileiro de Economia, em 1943; no Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944; e principalmente no Congresso das Classes Produtoras de Teresópolis, em 1945. O empresariado industrial foi gradativamente mostrando a sua posição frente às questões da industrialização, em particular a do financiamento, a do planejamento e aquela que diziam respeito à ação do Estado, mas suas limitações não deixaram de se manifestar na forma sempre indefinível de conceber a ação secundária que haveria de assumir o Estado (DRAIBE, 1985: pp. 126-127).

A Reforma Administrativa

O governo de Getúlio Vargas empenhou-se na reformulação dos órgãos governamentais. Assim, foram criados no período de 1930 a 1945, comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e até traçados planos de atuação. Foram também incentivados, debates, tanto oficiais como não, sobre problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e outros. A sociedade brasileira em seu todo foi estimulada com as medidas patrocinadas pelo governo federal.

Os principais órgãos e empresas criadas pelo governo federal, nos anos de 1930 a 1945 foram: em 1930, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1931, Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia; em 1932, Ministério da Educação e Saúde Pública; em 1933, Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool; em 1934, Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal; em 1937, Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças; em 1938, Conselho Nacional do Petróleo, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); em 1939, Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa; em 1940, Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores; em 1941, Companhia Siderúrgica Nacional. Instituto Nacional do Pinho; em 1942, Missão Cooke, Serviço Nacional

de Aprendizagem Industrial (SENAI); em 1943, Coordenação da Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Álcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Consolidação das Leis do Trabalho, Serviço Social da Indústria (SESI), Plano de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia; em 1944, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo; em 1945, Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), Decreto-Lei N 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica (IANNI, 1977: pp. 23-24).

Nem todas as realizações do governo federal, relatadas acima, são frutos de prévio estudo, mas sim dos problemas decorrentes do processo político e da evolução econômica de um país que ainda era em parte dependente da economia externa.

Justificando, a crise de 1930 originou as condições no plano econômico e político para a urgência de aparelhos regulatórios específicos com objetivo manter os setores agro-exportadores, como também, a outros setores econômicos. Aparelhos regulatórios organizados nas estruturas centrais do Estado, com o intuito de gerenciar políticas nacionais, e assim, foram criadas novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, que na verdade, estão associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial. Este novo aparelho econômico estatal caminhou para formato centralizado, a partir de 1930, através da centralização dos comandos e a descentralização funcional ou administrativa (DRAIBE, 1985: pp. 83-84).

O estabelecimento de conselhos técnicos, previstos pelo art. 103 da Constituição de 1934, juntou-se a uma crescente centralização político-administrativa, além da criação e o aperfeiçoamento de meios necessários para que o Estado pudesse exercer o controle e a supervisão das atividades econômicas. No caso do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), criado com o objetivo de centralizar a política de comércio exterior, ocorreu uma extrapolação de atribuições iniciais, já que ele participou ativamente do processo decisório envolvendo algumas questões prioritárias da época (GOMES, 1994: pp. 91-92).

A investigação das condições financeiras do Brasil, iniciada em 1931, resultou em 1937 com a criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda. Este estudo começou em 1931 com a constituição da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, nos levantamentos

estatísticos básicos sobre as dívidas e empréstimos das três esferas da administração. Colaborando através da legislação relacionada, para o controle e organização dos empréstimos da União, Estados e Municípios. A reorganização do Ministério da Fazenda, em 1934, institucionalizou o trabalho da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, que agora estava sob responsabilidade do Departamento de Estatística Econômica e Financeira. Finalmente, em 1937, a criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), teve a sua competência ampliada para estudos sobre o sistema monetário, organização bancária, política cambial, transferência de valores para o exterior, e dívida pública. O Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) possui uma estruturação interna presidida pelo Ministro da Fazenda, um secretário técnico e mais oito membros de livre nomeação pelo Presidente da República.

O projeto final, encaminhado ao presidente da República, juntou as duas propostas, sugerindo que o órgão central de planejamento aliasse um Gabinete de Ministros, responsável pelo Plano de Organização Econômica, e uma Junta Central de Planificação, de caráter executivo, composto por representantes dos produtores, técnicos de diferentes ministérios e especialistas em assuntos demográficos e tecnológicos. Esse projeto não foi aprovado, quando encaminhado para a apreciação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1944, ocorrendo entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín um debate cuja essência foi exatamente à questão da validade e conteúdo do planejamento econômico e de sua institucionalização.

A Questão Financeira e Tributária

O processo de centralização da função regulatória do Estado, não deixou de impor e se traduzir num reforço de arrecadação fiscal da União, que não foi, no período em questão, nem profundo, nem uniforme. Exatamente nesse período a arrecadação tributária passou a se apoiar nos impostos internos. Mas para que o governo federal alcance condições objetivas na reestruturação da base fiscal, a acumulação industrial, em conjunto com uma aceleração da urbanização, ajudariam para se alcançar esses objetivos (DRAIBE, 1985: p. 119).

A determinação da fronteira de competência das esferas federal, estadual e municipal foi constitucionalmente definida ao mesmo tempo em que se estabeleceu um sistema de transferência, na arrecadação fiscal, entre os três entes administrativos.

Mesmo elevando a participação da União no volume total da receita, sua situação financeira foi crescentemente prejudicada, pois aumentaram os compromissos do Estado com programas sociais e econômicos. As alterações de maior importância, diz respeito relações de natureza diversa entre a União e os Estados, se referem à distinta composição das rendas federais. Os impostos de renda e consumo, assim como o do selo, passaram a constituir as fontes fundamentais de recursos fiscais da União. Isso a liberou, nesse aspecto, da extraordinária dependência que antes mantinha em relação aos tributos sobre transações externas (os impostos e taxas sobre importações). Em 1944, o imposto de renda constituiu a maior parcela das rendas tributárias; por sua vez, os impostos sobre importação, que em 1929 representavam 42% das rendas da União, em 1945 participaram em apenas 11,50% (DRAIBE, 1985: p. 120).

À medida que avança a expansão do aparelho estatal, não apenas do ponto de vista econômico, como também do social e do repressivo (intervencionista e regulatório do Estado), repensa-se a necessidade do alargamento das bases fiscais do Estado. As tentativas de resolver a questão durante o Estado Novo, já agravado pelo esforço bélico, resultaram em duas reformas: a do Imposto de Renda e do Imposto sobre Lucros Extraordinários, essa última por decreto.

Por falta de um sistema de crédito apropriado, iniciou-se a criação de um banco de investimentos. Em 1934, por decreto foram criados os bancos industriais no Brasil, que esbarraram nos problemas do volume e das fontes do capital inicial, e em dúvidas quanto à sua natureza e à participação que cabe ao Estado.

Em 1937, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, atendendo parte dos reclames do empresariado industrial, ainda que, de início, o novo órgão não tem autorização para financiar a instalação de unidades industriais novas, restringindo os empréstimos para a aquisição de matérias-primas ou para a melhoria do equipamento. Na mesma época, Roberto Simonsen propôs uma alteração na lei de debêntures, de forma a permitir a criação de bancos industriais (DRAIBE, 1985: p. 123).

E para instalação da grande indústria de aço, foram pensadas suas condições de viabilidade técnica e financeira, e também se definiram as divisões no campo interno das forças políticas, as de sustentação e as de resistência e oposição.

Olhando do ponto de vista fiscal e financeiro, esse período assiste a consideráveis transformações que deixaram frustrada a intenção de firmar uma base para a ampliação das funções regulatórias do Estado, sem escassez de recursos. Mesmo com as notáveis modificações na estrutura tributária, já relatadas anteriormente, os problemas dos déficits orçamentários permaneceram crônicos no período, quer dizer, os gastos eram maiores do que as despesas (DRAIBE, 1985: p. 128).

A implantação das indústrias de base necessitou de formas de financiamento, de definir condições de negociação com agentes internacionais e, em especial, com as empresas multinacionais. Já no âmbito nacional, buscou-se uma articulação com o setor privado, tanto por setores como por empresas, usando de incentivos para afetar diferentemente a taxa de lucro. Dessa forma, a ação estatal acabou por direcionar o fluxo global de investimentos econômicos públicos e privados, alcançando níveis muitos maiores de centralização e controle, e formas diferentes de interdependência com os setores empresariais.

O Papel do Estado

A crescente interferência estatal na esfera econômica não representou, de modo automático, uma ameaça aos interesses privados ou empresariais, desde que essa intervenção fosse bem-orquestrada. A orientação na atuação estatal, definindo seus limites e exercendo um certo controle sobre seus rumos econômicos, despertou a classe empresarial para a importância do estudo dos assuntos econômicos e financeiros. Isso para conhecer as necessidades do país, para estudar em seu conjunto ou/e separados os nossos problemas econômicos (GOMES, 1994: p. 90).

Podemos chegar à conclusão que a presença do Estado na economia, além de expressar momentos da divisão social do trabalho, da diversificação e complexidade da estrutura de classes, expressa também o movimento da luta social e política. Mostra também as diferenças através das quais o Estado se faz presente na economia, o aspecto da relação mais geral entre o Estado e a sociedade, constitui um passo necessário e fundamental para a compreensão da natureza e forma que assume a luta econômica e política de classes (DRAIBE, 1985: p. 130).

A CEPAL e Correntes Políticas na Controvérsia

Para os críticos, do ponto de vista teórico, a corrente liberal (defendida por Gudin) não apresentava maior criatividade, imitando-se a repetir os velhos princípios da regulação automática do mercado, com sua alocação ótima de recursos e a sublinhar a excelência da Teoria das Vantagens Comparativas. A novidade veio por conta dos desenvolvimentistas (começou com Simonsen) que vão encontrar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) o laboratório para a elaboração e divulgação das novas idéias. De fato, com a morte de Roberto Simonsen, em 25 de maio de 1948, a CEPAL tornou-se o grande defensor e promotor da industrialização e de seu planejamento, agrupando os principais pensadores na nova ideologia (MANTEGA, 1984: p. 12).

Segundo Mantega:

“A importância da CEPAL reside não apenas no fato de ela ter fornecido uma teoria do desenvolvimentismo, dando consistência a idéias apenas esboçadas por autores como Simonsen, mas na sua direta participação na polêmica brasileira, comparecendo freqüentemente nas páginas dos jornais e revistas especializadas da época, sem falar na sua contribuição para a elaboração dos planos de governo que seriam praticados na segunda metade dos anos 50” (MANTEGA, 1984: p. 12).

Configura-se assim, um quadro de conflitos de interesses em torno do processo de acumulação de capital e conflitos em torno de diretrizes gerais de ação que se refletem ao mesmo tempo em que se fundamentam em ideologias econômicas opostas. Essas ideologias estarão claramente confrontadas na controvérsia em torno do planejamento que é protagonizada por Simonsen e Gudin. No próximo capítulo, investiga-se, portanto, a partir de um esforço biográfico, a trajetória e as idéias desses autores.

CAPÍTULO II – Simonsen e Gudin

Roberto Cochrane Simonsen

Roberto Cochrane Simonsen nasceu no Rio de Janeiro, quando era ainda capital do Império, em 18 de fevereiro de 1889. Filho de Sidnei Martin Simonsen, cidadão inglês vindo para o Brasil aos 25 anos de idade, e de Robertina da Gama Cochrane. Sua mãe carioca, descendente de antiga família escocesa e parenta de lorde Cochrane, personalidade que participou e obteve grande destaque nas guerras de independência de várias nações latino-americanas. Seu avô materno e padrinho, Inácio Wallace da Gama Cochrane foi deputado da Assembléia Legislativa Provincial de 1870 a 1879, dirigiu uma importante firma de exportação de café em Santos (SP) e integrou a diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (ABREU, 2001: p. 5481).

Simonsen fez o curso primário no Colégio Tarquínio da Silva, na cidade Santos, onde também a sua família morou. Mudou-se em seguida para a capital paulista, para residência do avô materno Inácio, de quem recebeu grande influência na vida estudantil e profissional. Foi o primeiro aluno da sua turma no secundário do Colégio Anglo-Brasileiro. Em seguida com apenas 14 anos de idade ingressou na Escola Politécnica de São Paulo realizando o curso de engenharia civil, concluído em 1909. No mesmo ano, iniciou suas atividades profissionais na Southern Brazil Railway, sendo considerada a melhor ferrovia paulista, permanecendo até 1910 (ABREU, 2001: p. 5481).

Em 1911 casou-se com Raquel Cardoso e, no ano seguinte, assumiu a chefia da Diretoria Geral da Prefeitura de Santos, trabalhando em seguida como engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do Município. Largou o cargo na prefeitura ao fundar, ainda em 1912, em sociedade com os irmãos, a Companhia Construtora de Santos, pioneira em planejamentos urbanísticos. Conhecedor do taylorismo, Roberto Simonsen tornou mais eficientes os métodos de gestão da empresa, obtendo notável êxito que propiciou o surgimento de novos empreendimentos, como a Companhia Santista de Habitações Econômicas, e a Companhia Brasileira de Calçamento (ABREU, 2001: p. 5481).

A crise econômica ocorrida nesse período da história brasileira obrigou também a Roberto Simonsen a pedir a liquidação da Companhia Brasileira de Calçamento. Foi acusado

de obter lucros ilícitos nessa operação, mas conseguiu, contudo, provar publicamente a falsidade dessas afirmações. O prolongamento da Primeira Guerra Mundial provocou, por outro lado, no Brasil, e principalmente no Estado São Paulo, um importante surto industrial baseado no processo de substituição de importações. Nesse contexto, em 1916, Roberto Simonsen fundou e tornou-se o primeiro presidente do Centro dos Construtores e Industriais de Santos. Ainda em 1916, Simonsen comprou a Companhia Parque Balneário (ABREU, 2001: p. 5481).

Roberto Cochrane Simonsen projetou-se na vida pública nacional logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Já no banquete oferecido em Santos no dia 27 de dezembro de 1918 em homenagem ao recém-nomeado Ministro da Agricultura, Antônio de Pádua Sales, Roberto Simonsen fez um discurso, mais tarde publicado com o título de *Orientação Agrícola Brasileira*, conteúdo que ressaltou a necessidade de se substituir o sistema baseado na experiência de produção pelo método científico de organização do trabalho. O Ministro Pádua Sales ficou tão impressionado pelas idéias expostas, que convidou Roberto Simonsen para integrar a missão comercial brasileira que foi enviada à Inglaterra em junho de 1919 sob a chefia de João Pandiá Calógeras. Segundo Heitor Ferreira Lima, o discurso também causou admiração em outros estudiosos dos problemas brasileiros como Capistrano de Abreu, Luís Pereira Barreto, Afrânio Peixoto e Afonso Taunay (ABREU, 2001: pp. 5481-5482).

A missão à Inglaterra teve notável êxito. Roberto Simonsen pronunciou o seu discurso solicitando a vinda de capitais e técnicos para auxiliar o crescimento da economia brasileira, além de um maior incremento nas relações comerciais entre os dois países. Os artigos de Roberto Simonsen sobre a “Indústria de carnes frigoríficas no Brasil” e “Oportunidades para negócios de madeira no Brasil” foram publicados pelo jornal *Times*, de Londres. Durante a viagem, com tal repercussão, Roberto Simonsen foi nomeado representante do Brasil no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado em Paris em setembro de 1919. Nesse encontro, apresentou um trabalho intitulado “Possibilidades Algodoeiras do Brasil” e sugeriu a vinda de especialistas capazes de introduzir no Brasil técnicas de expansão da cotonicultura, que passou por uma fase de recuperação dos prejuízos ocasionados pelo conflito mundial. Como consequência da sua boa atuação nesse congresso, veio ao Brasil o técnico inglês Arno Pearce, e publicou em 1922 o livro *Brazilian Cotton* sobre os resultados da sua missão no Brasil. Ainda em 1919, Roberto Simonsen foi também enviado para

participar da Conferência Internacional do Trabalho, em Washington (ABREU, 2001: p. 5482).

No Brasil, também em 1919, a Companhia Construtora de Santos venceu a concorrência aberta pela Prefeitura de Santos para a construção da Companhia Frigorífica de Santos, sendo Roberto Simonsen nomeado presidente do frigorífico. Esse fato originou grande alvoroço, e um recurso impetrado no Senado estadual pediu a anulação do contrato, o que não ocorreu. Na mesma época, Roberto Simonsen diversificou suas atividades empresariais para o setor de alimentos, assumindo a presidência da Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos (SP) (ABREU, 2001: p. 5482).

Em 1920, Roberto Simonsen assinou contrato com o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, do governo de Epitácio Pessoa, para a construção de 103 estabelecimentos militares em 26 cidades de nove estados, seguindo um projeto oficial de expansão e melhoria das instalações do Exército brasileiro. As obras foram muito criticadas por certos setores da imprensa, que denunciaram a existência de irregularidades ao novo Presidente da República, Artur Bernardes, empossado em 15 de novembro de 1922. A investigação procedida em 1930 sobre esses contratos confirmou a conformidade dos serviços prestados pela Companhia Construtora de Santos, levando Roberto Simonsen a publicar em 1931 “A construção dos quartéis para o Exército”, onde se defendeu de todas as acusações (ABREU, 2001: p. 5482).

Na década 20, Roberto Simonsen se destacou como líder empresarial, assumindo em 1923 a presidência do Sindicato Nacional dos Combustíveis Líquidos. Em 1924, passou a dirigir a Cerâmica São Caetano e, em 1926, organizou a Companhia Nacional da Borracha e a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, dando o pontapé inicial ao processo de substituição de importações nesses setores. Roberto Simonsen ingressou no comércio do café, uma tradição de família, para diversificar ainda mais os seus negócios. Em sociedade com o cunhado, Edwin Murray, fundou a “Casa Comissária Murray, Simonsen e Cia. Ltda.” que, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), representou os banqueiros ingleses Lazard Brothers, financiadores do Instituto Paulista de Defesa do Café. Roberto Simonsen também criou a Companhia de Comércio do Café e a Brazil Warrants, ambas com sede em Santos e com várias filiais (ABREU, 2001: p. 5482).

Roberto Simonsen afirmou, em 16 de dezembro de 1926, em entrevista concedida ao “O Jornal” do Rio de Janeiro, que a indústria e a agricultura apoiavam o rebaixamento

artificial da taxa de câmbio controlado pelo Governo Federal para favorecer as importações. Entretanto, a adoção dessa medida levou os importadores a entupir o mercado nacional com tecidos estrangeiros, causando sérias divergências entre empresários do comércio e da indústria, que até então se reuniam em uma única entidade de classe, a Associação Comercial de São Paulo. Em janeiro de 1928, os industriais concorreram com chapa própria para direção da associação, mas o comércio para não ficar a traz lançou também a sua chapa. O aumento das divergências provocou uma ruptura entre os dois grupos e levou à criação, em 3 de junho de 1928, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), que teve como primeiro presidente Francisco Matarazzo e Roberto Simonsen como vice (ABREU, 2001: p. 5482).

O CIESP apoiou a candidatura do conservador Júlio Prestes à presidência da República, sendo contrário ao programa da Aliança Liberal formada em 1929. A vitória de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930 foi contestada por setores oposicionistas, que passaram a articular junto com oficiais ligados ao movimento tenentista um levante armado contra o governo federal. Em outubro de 1930, a revolução foi deflagrada e vitoriosa depois de 21 dias de confronto, conduziu Getúlio Vargas à Presidência da República do Governo Provisório, e simultaneamente foram nomeados interventores federais em todos os estados da federação. O governo de São Paulo ficou no comando do interventor tenente João Alberto Lins de Barros, que encontrou forte oposição por parte das forças políticas tradicionais do estado. A partir daí, começou então um processo de radicalização da luta política no Estado de São Paulo, que resultou, em fevereiro de 1932, na formação da Frente Única Paulista (FUP) para lutar pela devolução da autonomia estadual e a imediata reconstitucionalização do Brasil. A situação veio se arrastando até a ponto da deflagração da luta armada em 9 de julho de 1932. Então, Roberto Simonsen tornou-se responsável pela adaptação do parque industrial paulista à economia de guerra. Graças à sua liderança, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e a Associação Comercial de São Paulo mantiveram uma certa conciliação no intuito regularizar o abastecimento da capital paulista, assediada pelas tropas do Governo Provisório (ABREU, 2001: p. 5482).

No decorrer da guerra civil, Roberto Simonsen chefiou a Comissão de Cadastro e Mobilização Industrial formada pelo governo revolucionário paulista, e integrou o Conselho Consultivo Econômico do Estado, o Departamento Central de Munições e o Conselho de Assistência Civil. Em 30 de setembro de 1932, quando a rendição dos revolucionários estava

próxima, convocou-se uma reunião da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, cuja presidência Roberto Simonsen exercia em caráter interino, e fez constar em ata a importância do trabalho da FIESP na mobilização das indústrias para a guerra. Depois da derrota das forças paulistas, em 2 de outubro de 1932, Roberto Simonsen exilou-se voluntariamente em Buenos Aires, na Argentina, retornando ao Brasil no mês seguinte (ABREU, 2001: pp. 5482-5483).

Ainda em 1932, Roberto Simonsen criou em São Paulo o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que começou a desenvolver estudos sobre organização geral da produção, orientação profissional e higiene do trabalho. Em seguida, Roberto Simonsen foi eleito presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo e fundou a Escola Livre de Sociologia e Política desse estado, a primeira do gênero criada no país, tornando-se mais tarde vice-presidente do seu conselho superior e professor da cadeira de história econômica do Brasil (ABREU, 2001: p. 5483).

Em 1933, aconteceram as eleições diretas para a Assembléia Nacional Constituinte, encarregada de fazer a nova Constituição, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o Presidente da República. Na Assembléia Nacional Constituinte, além dos deputados eleitos em maio, estariam presentes também representantes classistas escolhidos pelos sindicatos reconhecidos pelo governo com base na Lei de Sindicalização editada em 1931. Apesar de criticarem essa lei, os empregadores, coordenados pela Confederação Industrial do Brasil (CIE), adaptaram rapidamente suas entidades de classe às exigências do governo e realizaram, em julho de 1933, uma convenção que elegeu seus 17 representantes à Constituinte. Entre eles, foram escolhidos quatro paulistas: Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Alexandre Siciliano Júnior e Antônio Carlos Pacheco e Silva (ABREU, 2001: p. 5483).

Roberto Simonsen, Lafer e Siciliano Júnior foram os deputados classistas mais ativos na Constituinte. Por sua atuação na Assembléia Constituinte, Roberto Simonsen se mostrou um grande defensor do intervencionismo estatal na economia, levando em consideração que a livre iniciativa permanecesse como fundamento das atividades econômicas evitando os excessos capazes de provocar um “estatismo-absorvente” ou uma “socialização apressada”, típica de governos autoritários (ABREU, 2001: p. 5483).

O federalismo versus centralização foi um grande debate político da Assembléia Constituinte na época. Os empregadores defenderam a ampliação do caráter federativo do

regime político nacional, posição compartilhada com a bancada paulista, que propôs que os estados fossem encarregados de regulamentar e aplicar a legislação social. Essa sugestão foi duramente criticada pela bancada dos empregados e pelos setores tenentistas, que acusavam os paulistas de tentar prorrogar e estender ao máximo a execução das medidas trabalhistas (ABREU, 2001: p. 5483).

A bancada dos empregadores foi contrária à proposta de que o cálculo do salário mínimo fosse baseado nos gastos médios de uma família e, em contra partida defenderam com êxito a adoção de um salário de subsistência, baseado nos gastos individuais de um trabalhador. E também, a maioria da bancada paulista foi contra ao um capítulo inicial referente ao direito de greve, restringindo a matéria no decorrer dos debates (ABREU, 2001: p. 5483).

A Assembléia Constituinte concluiu seus trabalhos em 16 de julho de 1934, elegendo no dia seguinte Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório desde 1930, para a Presidência da República. Já os mandatos dos deputados foram prorrogados até a posse dos novos parlamentares, eleitos em 14 de outubro de 1934. Roberto Simonsen foi eleito novamente deputado classista pelos sindicatos de empregadores e, nesse mesmo ano, assumiu a segunda-vice-presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIE). Em maio de 1935 iniciou a nova legislatura, e Roberto Simonsen dedicou-se a estudos dos problemas econômicos e sociais, integrando a Comissão Especial de Leis Complementares da Constituição e as comissões de Legislação Social e de Diplomacia e Tratados, além de participar na elaboração dos códigos de Águas, do Ar e dos Serviços Industrializados do Estado. Nesse período, Roberto Simonsen fez parte do círculo de empresários e técnicos ligados ao Presidente Getúlio Vargas (ABREU, 2001: p. 5483).

Roberto Simonsen afirmou que a Constituição de 1934 não correspondeu à nova realidade do Brasil, e ainda marcada pelo agravamento do conflito entre o governo e duas forças políticas antagônicas em ascensão, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Roberto Simonsen foi acusado pelo jornal A Manhã (ligado a ANL), de pressionar o Presidente da República Getúlio Vargas para reprimir ANL, que veio a ser fechada em julho de 1935. Ao mesmo tempo, da outra organização, a AIB, Roberto Simonsen recebeu freqüentes ataques do líder Gustavo Barroso, acusando-o também de capitalista e “Judeu”. Ainda em 1935, Roberto Simonsen assume a presidência da

Confederação Industrial do Brasil (CIE) e mais tarde transformada na Confederação Nacional da Indústria (CNI). No mesmo ano, Roberto Simonsen fundou a Companhia Imobiliária Nacional, a Sociedade Construtora Brasileira e a Fábrica de Tecidos Santa Helena. Já em 1936, presidiu uma comissão de estudos sobre educação técnico-profissional, formada por diretores do CIESP (ABREU, 2001: p. 5483).

Em 1937, Roberto Simonsen foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e chefiou a delegação brasileira na viagem a Conferência de Paz, em Buenos Aires na Argentina, na qual apresentou tese sobre os índices de padrão de vida em todo o continente. Nesse mesmo ano, substituiu Euvaldo Lodi no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), órgão diretamente ligado ao Presidente da República Getúlio Vargas na missão de colaborar na definição da política econômica do governo. Em setembro de 1937, no exercício do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), Roberto Simonsen apresentou um parecer sobre as providências necessárias para o desenvolvimento da expansão industrial no Brasil (ABREU, 2001: p. 5483).

Em 10 de novembro de 1937 foi implantado o Estado Novo com o fechamento de todos os órgãos legislativos brasileiros, e Roberto Simonsen perdeu o cargo eletivo de deputado federal. Mesmo assim, Roberto Simonsen não foi contrário a aprovação da Constituição de 1937, que definiu a forma de funcionamento do novo regime. Em janeiro de 1938, Roberto Simonsen foi reeleito presidente da FIESP, resultando em protesto e desligamento de 297 empresas até então filiadas a FIESP, dentre elas a Indústrias Reunidas F. Matarazzo. Em 1938, Roberto Simonsen ingressou no Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, permanecendo até 1941. Já em 1939, foi convidado e ingressou na Academia Paulista de Letras, e também se tornou sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e publicou “A revolução industrial do Brasil”, trabalho encomendado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) para ser apresentado à Missão Universitária Norte Americana durante sua visita ao Brasil (ABREU, 2001: p. 5483).

Nos anos de 1940 e 1941, Roberto Simonsen alertou repetidamente as empresas e o governo sobre as conseqüências advindas da Segunda Guerra Mundial, como problemas no abastecimento de gêneros alimentícios, matérias-primas e combustíveis, e apelou à indústria nacional para acelerar a substituição de produtos importados, prevendo a drástica redução do comércio internacional de mercadorias essenciais a economia brasileira. Na condição de

presidente da FIESP e de outras associações, Roberto Simonsen contribuiu para a adoção do racionamento do álcool industrial, do sal e do açúcar, e no consumo de combustíveis. Roberto Simonsen, em novembro de 1942, foi nomeado para o conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica (CME) criada em setembro, com o objetivo de organizar a economia de guerra (referência a Segunda Guerra Mundial), adotando as medidas necessárias e definidas nos acordos de Washington, que consistem no fornecimento de matérias-primas brasileiras para os Estados Unidos em troca de financiamento norte-americano para projetos industriais no Brasil. Nos anos seguintes, sob a chefia de João Alberto Lins de Barros, a Coordenação da Mobilização Econômica (CME) assumiu o papel de um superministério, diversificando seus objetivos e funções: absorveu parte das atribuições do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), passou a controlar a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, mobilizou trabalhadores para os seringais da Amazônia e passou a fixar os índices do salário mínimo nas diferentes regiões do Brasil (ABREU, 2001: pp. 5483-5484).

Em 1943, Roberto Simonsen integrou a Comissão de Imposto Sindical, fortemente ligada ao Ministério do Trabalho, e participou do I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro com a presença de 234 representantes de 192 entidades. Depois da apresentação de 14 teses sobre diferentes problemas nacionais e efetuar um balanço da situação econômica do Brasil, o congresso aprovou recomendações sobre agricultura, comércio, exportação e importação, finanças, desequilíbrios regionais, salários, sindicalismo e bem-estar social, além de endossar a participação do Estado como administrador ou regulador das indústrias básicas (ABREU, 2001: p. 5484).

Roberto Simonsen integrou a delegação brasileira que participou em novembro de 1944 da Conferência de “Rye”, nos Estados Unidos, onde apresentou uma tese sobre a renda nacional, chamando a atenção do mundo para a situação dos países subdesenvolvidos e solicitando para eles uma ajuda mais concreta e eficaz. Em dezembro de 1944, Roberto Simonsen foi um dos seis vice-presidentes do I Congresso Brasileiro da Indústria, que foi organizado em São Paulo pela CNI e a FIESP e teve o Presidente da República Getúlio Vargas como presidente de honra (ABREU, 2001: p. 5484).

Roberto Simonsen participou como membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), órgão ligado ao Ministério do Trabalho, e em seguida preparou um relatório, terminado em agosto de 1944, sobre os princípios fundamentais que

devem orientar o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil. Relatório este, baseado em estimativas elaboradas pelo Serviço de Estatística da Previdência do Ministério do Trabalho, estudos referentes ao cálculo da renda nacional e sua distribuição per capita, à situação do balanço de pagamentos e a outros dados recolhidos até o ano de 1942, seu relatório propôs um aumento da planificação da economia brasileira. O documento foi examinado por uma comissão composta por Euvaldo Lodi (presidente da CNI), João Daudt d'Oliveira (presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil), Heitor Grilo (técnico em assuntos agrícolas) e Francisco de San Tiago Dantas, que elaboraram um projeto geral de planificação da economia brasileira. Esse projeto estabeleceu a meta de quadruplicar a renda nacional, mas considerou impossível atingir tal objetivo através da livre atuação das forças de mercado, e para isso, recomendaram a intervenção estatal através do planejamento e da adoção de rígidas medidas protecionistas, capazes de aumentar substancialmente a quantidade de investimentos no setor industrial brasileiro (ABREU, 2001: p. 5484).

O relatório aprovado pelo CNPIC foi enviado à recente Comissão de Planejamento do Conselho de Segurança Nacional, cujo relator, o economista Eugênio Gudín, rejeitou as “propostas semonsenianas”. Eugênio Gudín foi considerado antiindustrialista e defensor do liberalismo econômico, e publicou em março de 1945 a coletânea “Rumos da política econômica”, contestando a idéia de planejamento e sugerindo a adoção de reformas institucionais, como a criação de um Banco Central. Dessa forma, originou-se a famosa polêmica entre os dois intelectuais: Eugênio Gudín e Roberto Simonsen (ABREU, 2001: p. 5484).

Roberto Simonsen foi fiel as suas posições. Em maio de 1945, durante a I Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis (RJ), defendeu a criação de um Ministério da Economia, desligando-o do Ministério da Fazenda e voltado para coordenar o desenvolvimento econômico do Brasil. Roberto Simonsen sugeriu também a formação de um órgão de assessoria da Presidência da República, idéia mais tarde consolidada através da instalação do Conselho Nacional de Economia. E ainda Roberto Simonsen afirmou que o empresariado brasileiro tinha que levar em consideração os problemas da convivência entre patrões e empregados, supondo ele que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não foi suficiente para garantir a paz social (ABREU, 2001: p. 5484).

Roberto Simonsen, em junho de 1945, apresentou sua resposta formal a Eugênio Gudín com a publicação de “O planejamento da economia brasileira”, onde procurou contestar os argumentos da escola liberal. O documento final desse debate foi a “Carta à Comissão de Planejamento”, de autoria de Eugênio Gudín, publicada em agosto de 1945. Com o fim do Estado Novo em outubro de 1945, essa comissão foi extinta e a idéia de um planejamento global para a economia brasileira foi afastada até a década de 1950 (ABREU, 2001: p. 5484).

No período de redemocratização depois da queda de do governo Getúlio Vargas, Roberto Simonsen começou a integrar a comissão executiva do Partido Social Democrático (PSD) e, em 1946, tornou se o primeiro economista a participar como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 17 de janeiro de 1947, Roberto Simonsen foi eleito senador por São Paulo, derrotando o pintor Cândido Portinari, candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil (PC do B) (ABREU, 2001: p. 5484).

Em outubro de 1947, Roberto Simonsen participou da XXVI Seção Plenária do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, realizada no hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ), onde defendeu a aplicação na América Latina de um projeto nos moldes do “Plano Marshall”, criado e usado pelos Estados Unidos para a reconstrução da Europa Ocidental depois da Segunda Guerra Mundial. Ainda em 1947, Roberto Simonsen fez um discurso no Senado a favor da cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo registro foi anulado em maio do mesmo ano pela Justiça Eleitoral (ABREU, 2001: p. 5484).

Roberto Simonsen faleceu em 25 de maio de 1948 na sede da Academia Brasileira de Letras na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em solenidade que saudava o Primeiro-Ministro da Bélgica, Paul van Zeland, em visita oficial ao Brasil. Em homenagem a Roberto Siomnsen, a FIESP criou o Instituto que leva o seu nome (ABREU, 2001: p. 5484).

Roberto Cochrane Simonsen deixou publicadas as seguintes obras: O município de Santos (1912), Os melhoramentos municipais de Santos (1912), The meat & cattle industry of Brazil; its importance to AngloBrazilian commerce (1919), O asfaltamento de São Paulo - aspecto técnico (1923), A situação econômica e financeira do Brasil (1928), Orientação industrial brasileira (1928), As crises no Brasil (1930), Crisis, finance and industry (1930-1931), As finanças e a indústria (1931), À margem da profissão (1932), Rumo à verdade

(1933), História econômica do Brasil (1500-1820) (1937, 7ª ed. 1977), Possibilidades da expansão industrial brasileira (1937), A indústria em face da economia nacional (1937), A evolução industrial do Brasil (1939), A evolução industrial do Brasil e outros estudos (1973), Recursos econômicos e movimentos das populações (1940), Níveis de vida e a economia nacional (1940), As indústrias e as pesquisas tecnológicas (1941), O Congresso Eucarístico Nacional (1942), As classes produtoras do Brasil e o movimento nacional (1942), Ensaio sociais, políticos e econômicos (1943), Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil para o período de após-guerra - geografia e política industrial (1943), A engenharia e a indústria (1944), Elos da indústria (1944), A planificação da economia brasileira (1944, reeditado em 1977 em A controvérsia do planejamento na economia brasileira), A indústria e seus problemas econômicos e sociais (1945), Roosevelt (1945), O problema social no Brasil (1947), Cultura e civilização (1947), Direito internacional social (1948), A importância econômica das ciências (1948) (ABREU, 2001: p. 5484).

Sobre o biografado foram publicadas as seguintes obras: Simonsen e a operação panamericana, editada pelo CIESP (1958); Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico, de Helena Fanganiello (1970) e Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen, de Heitor Ferreira Lima (1976) (ABREU, 2001: p. 5484).

Eugênio Gudín Filho

Eugênio Gudín Filho nasceu no dia 12 de julho de 1886, natural do Rio de Janeiro (RJ), quando ainda era capital do Império, filho de Manuel Eugênio Gudín e de Carola Fontes Gudín. Seu pai, descendente de negociantes franceses que passaram a viver no Brasil em 1839, foi sócio de uma firma importadora. Sua mãe faleceu ainda jovem, ficando com a madrinha, Ana Machado, até a idade de seis anos. Em seguida foi cuidado pela segunda esposa de seu pai, Elvira de Figueiredo Gudín (ABREU, 2001: p. 2664).

Em 1894, Eugênio Gudín estudou no Colégio Abílio, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e em 1895 ingressou no internato Brasileiro-Alemão, de Petrópolis (RJ). Em 1899, Eugênio Gudín concluiu os estudos preparatórios no Ginásio Fluminense, cumprindo em 1900 o ano letivo seguinte no curso anexo da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nessa escola Eugênio

Gudin cursou engenharia civil de 1901 a 1905, e na sua formatura foi condecorado com a medalha Gomes Jardim como o melhor aluno da instituição (ABREU, 2001: p. 2664).

Depois de formado, o primeiro trabalho de Eugênio Gudín como engenheiro foi na empresa Light em 1906, na construção da represa de Ribeirão das Lajes, para fornecer energia elétrica ao Rio de Janeiro. Já em 1907, Eugênio Gudín trabalhou pela empresa Dodsworth & Cia. na obra de canalização de um rio situado no Rio de Janeiro. Mais tarde Eugênio Gudín virou sócio dessa empresa. Em 1910, Eugênio Gudín foi para o Estado do Ceará, onde coordenou a construção da represa de Aracape, encomendada a Dodsworth & Cia. pelo governo do estado. Concluíram a represa em 1913, que em 1959 passou a ter o seu nome, “Eugênio Gudín Filho” (ABREU, 2001: p. 2664).

Ainda em 1913, Eugênio Gudín transferiu-se para o Estado do Pernambuco. A Dodsworth & Cia. de Eugênio Gudín trabalhou na instalação da rede de bondes elétricos em Recife e na formação da Pernambuco Tramways and Power Co. , de participação de capitais ingleses que se tornou concessionária dos serviços de bondes, força, luz, gás e telefone do estado (ABREU, 2001: p. 2664).

Eugênio Gudín dirigiu a companhia Dodsworth & Cia. até 1922, e retornou ao Rio de Janeiro na direção-geral da Great Western of Brazil Railway Co. onde permaneceu por quase 30 anos. (ABREU, 2001: p. 2664).

Na época, Eugênio Gudín desenvolveu interesse pela economia estudando os clássicos ingleses Adam Smith, David Ricardo, Alfred Marshall e outros autores contemporâneos (ABREU, 2001: p. 2664).

Em 1924, o empresário Francisco de Assis Chateaubriand adquiriu o “O Jornal”, e convidou Eugênio Gudín para uma das direções do jornal. Foi a onde em que publicou os seus primeiros artigos econômicos, que tratavam sobre orçamentos, conversibilidade e estabilização monetária. Eugênio Gudín permaneceu no “O Jornal” até 1926 e no ano seguinte passou a escrever para o Correio da Manhã, até 1954 (ABREU, 2001: p. 2664).

Em 1927, Eugênio Gudín assumiu a presidência da Associação das Companhias de Estradas de Ferro do Brasil até 1947, e em 1929 tornou-se diretor da Western Telegraph and Co. até 1954 (ABREU, 2001: p. 2664).

Na Revolução de 1930, Eugênio Gudín não tomou parte por não se interessar em política ainda, conforme declaração posterior do mesmo. Nos anos seguintes, integrou alguns

dos mais importantes órgãos técnicos e consultivos de coordenação econômica criados pelo governo federal. Já em 1931, Eugênio Gudín participou da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, uma criação do Ministério da Fazenda (ABREU, 2001: pp. 2664-2665).

Em 1932, Eugênio Gudín apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo, mas de forma indireta, movimento para a normalização da vida política brasileira. Em 1933, Eugênio Gudín trabalhou na Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil (Camob), tornando-se mais tarde membro do conselho de administração de 1940 a 1944 (ABREU, 2001: p. 2665).

Em maio de 1935, Eugênio Gudín participou da Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira, composta por representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Resultando na Lei do Reajustamento, promulgada em outubro de 1936 e que vigorou até 1960 (ABREU, 2001: p. 2665).

Já em 1937, Eugênio Gudín participou da constituição da Sociedade Brasileira de Economia Política, evento que reuniu uma série de estudiosos que requisitavam a criação de uma escola de economia na cidade do Rio de Janeiro. Em dezembro de 1938 foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, primeiro estabelecimento de ensino do tipo na ainda Capital da República, Rio de Janeiro. Essa instituição ofereceu um curso regular de economia e no mesmo mês da fundação da faculdade, Eugênio Gudín participou do concurso para professor de moeda e crédito, tornando-se professor da faculdade, e mais tarde diretor da instituição (ABREU, 2001: p. 2665).

No mesmo ano de 1937, Eugênio Gudín participa do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), criado através do Ministério da Fazenda logo após início do Estado Novo (1937), e no qual permaneceu até 1960 (ABREU, 2001: p. 2665).

Em 1943 aconteceu no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Economia, sob a presidência de João Daudt d'Oliveira, esse evento reuniu 234 participantes, entre empresários, técnicos, economistas e funcionários governamentais. Dentre eles estavam “Eugênio Gudín”, Otávio Gouveia de Bulhões, “Roberto Simonsen”, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria. O evento na ocasião assinalou a necessidade de uma coordenação estatal nas decisões econômicas e também apresentou propostas com relação à indústria, comércio e finanças. Sendo o governo o mentor de uma política sistemática de incremento à industrialização e que

o Estado participasse da organização das indústrias de base. Eugênio Gudín foi contrário às teses sobre o intervencionismo estatal, e liderou no congresso a oposição liberal que defende a livre iniciativa (ABREU, 2001: p. 2665).

Em julho de 1944, Eugênio Gudín foi o representante brasileiro da Conferência Monetária Internacional, em Bretton Woods, nos Estados Unidos da América. Nessa conferência foi decidida a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conhecido mais tarde como Banco Mundial. A partir da Conferência Monetária Internacional voltou-se a defender os princípios liberais como caminho para o comércio internacional, preconizando o retorno ao livre sistema de trocas após o término da Segunda Guerra Mundial. Depois de Bretton Woods as teses liberais de Eugênio Gudín ganharam novo impulso. Assumindo Eugênio Gudín, de 1951 a 1955, o importante cargo de governador brasileiro junto ao FMI e ao BIRD (ABREU, 2001: p. 2665).

Eugênio Gudín participou ainda da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. Criada em maio e instalada em outubro de 1944 (ABREU, 2001: pp. 2665-2666).

Em agosto de 1944, Roberto Simonsen, representante do empresariado industrial no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), apresentou um projeto sugerindo a institucionalização do planejamento econômico como meio de estimular a industrialização. Em outubro de 1944, o projeto final, incorporado outras idéias, foi encaminhado ao Presidente da República Getúlio Vargas. Eugênio Gudín foi nomeado relator para discutir o especial projeto (ABREU, 2001: p. 2666).

Em março de 1945 foi apresentado o relatório “Rumos de política econômica”, que criticou de forma incisiva a proposta do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), sugerindo uma eliminação gradual dos mecanismos estatais de intervenção na economia, de forma a restabelecer a superioridade da iniciativa privada e o livre jogo de mercado (ABREU, 2001: p. 2666).

Essas críticas de Eugênio Gudín ao projeto do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), que foram arquivadas, geraram intensa polêmica entre “Gudín” e “Simonsen”, com repercussões até no Congresso Nacional e nos meios empresariais (ABREU, 2001: p. 2666).

As eleições de 2 de dezembro de 1945 e a reorganização partidária, começaram a consolidar o processo de redemocratização do Brasil. No mesmo ano foram criados o Partido Social Democrático (PSD), até certo ponto identificado com as forças governamentais, e a União Democrática Nacional (UDN), sigla que reuniu os opositores de Getúlio Vargas. Em 29 de outubro de 1945, foi deposto Getúlio Vargas, por decisão das forças armadas, e junto extinguiu-se a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Assumiu interinamente a chefia do Estado brasileiro o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, e no pleito de 2 de dezembro elegeu-se para a Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD), que derrotou o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN), este apoiado por Eugênio Gudín (ABREU, 2001: p. 2666).

Em 1944, no final do governo de Getúlio Vargas, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, convidou Eugênio Gudín para cooperar na elaboração de um decreto-lei para institucionalizar os cursos superiores de economia no Brasil. Eugênio Gudín redigiu o projeto que, aprovado em setembro de 1945, fixou o currículo dos cursos e sua duração. Em outro decreto-lei, de janeiro de 1946, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro foi incorporada à Universidade do Brasil, dando origem à Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Eugênio Gudín foi professor de teoria monetária na nova instituição até 1957, quando se aposentou do magistério. Em 1943, Eugênio Gudín escreveu um livro-texto chamado “Princípios de economia monetária”, reeditado várias vezes e atualmente ainda é adotado nos cursos universitários de economia, dos quais Eugênio Gudín é considerado o pioneiro no Brasil (ABREU, 2001: p. 2666).

Em 1946, Eugênio Gudín iniciou a implantação de um centro de estudos econômicos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), entidade técnico-educacional criada em dezembro de 1944 sob os patrocínios de Luís Simões Lopes. Em 1947, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) transformou-se no Núcleo de Economia, dirigida por Eugênio Gudín, contando com uma equipe de estudos da renda nacional e um centro de análise da conjuntura econômica. Realizou um trabalho pioneiro na construção do sistema de contas nacionais, na elaboração de índices econômicos e no estudo do balanço de pagamentos do Brasil. Ainda em 1947 o Núcleo de Economia passou a escrever duas publicações, “Conjuntura Econômica” e “Revista Brasileira de Economia”. Com a expansão do Núcleo de Economia, surgiu em 1951 o

Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também sob a presidência de Eugênio Gudin. Foi desenvolvido o sistema de contas nacionais, incluindo a elaboração de índices regionais de preços. Criaram ainda um centro de aperfeiçoamento de economistas, transformado em 1966 na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE). Eugênio Gudin exerceu a vice-presidência da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 1960 a 1976 e ficou até 1969 no comando do instituto, no qual, a seu convite foram trabalhar renomados professores estrangeiros (ABREU, 2001: p. 2666).

O Presidente Dutra designou em abril de 1947 uma Comissão de Investimentos presidida pelo Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, e integrada por Eugênio Gudin, Oscar Weinschenck e pelo General Juarez Távora, entre outros (ABREU, 2001: p. 2666).

No mesmo dia 24 do acontecido, o Vice-presidente João Café Filho foi empossado na chefia da nação, compondo um ministério que privilegia os setores políticos e militares antigetulistas. Eugênio Gudin, que defende uma política financeira ortodoxa, foi nomeado para Ministro da Fazenda, enquanto a presidência do Banco do Brasil foi ocupada por Clemente Mariani, membro da União Democrática Nacional (UDN), indicado por Eugênio Gudin. A direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) foi entregue ao economista Otávio Gouveia de Bulhões, também indicado por Eugênio Gudin e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN) (ABREU, 2001: p. 2667).

Eugênio Gudin assumiu o Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 1954, deparando-se com uma grave crise financeira. Resultado do fracasso do programa de estabilização implementado a partir de outubro de 1953 por Osvaldo Aranha, Ministro da Fazenda do governo Getúlio Vargas, com conseqüência de agravamento do processo inflacionário e dos déficits de pagamentos externos. A situação do balanço de pagamentos piorou de forma crítica a partir de junho de 1954, quando, em represália ao governo brasileiro pelo estabelecimento de um alto preço mínimo para o café, o mercado norte-americano decidiu boicotar a compra desse produto, diminuindo as receitas em dólar do Brasil (ABREU, 2001: p. 2667).

Em novembro de 1954 dois bancos paulistas fecharam suas portas e o Banco do Brasil teve que fazer pagamentos adiantados especiais para outros bancos de São Paulo. O Brasil não possuía um Banco Central ainda. As medidas de estabilização usadas por Eugênio Gudin provocaram uma redução da atividade produtiva, afetando ramos industriais recém instalados, acostumados com altas taxas de expansão e rentabilidade (ABREU, 2001: pp. 2667-2668).

No dia 22 de novembro de 1954, Eugênio Gudín presidiu a Reunião de Ministros da Fazenda das Repúblicas Americanas realizada no hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ). Por sugestão de Eugênio Gudín, foi aprovado um acordo entre os países produtores e os principais consumidores de café de modo a evitar violentas variações de preços do produto. Assim, Eugênio Gudín procurou resolver a questão do boicote norte-americano ao café brasileiro, reduzindo os preços do produto no exterior, assegurando a manutenção do produto por 45 dias, contra qualquer prejuízo para com os compradores de uma alteração na política cambial do governo brasileiro (ABREU, 2001: p. 2668).

Para Eugênio Gudín conter o déficit do governo, de mais ou menos 14 bilhões de cruzeiros para 1955, ele lançou em janeiro de 1955 um plano econômico que precisou de um corte de seis bilhões de cruzeiros no orçamento federal. Foi uma das mais importantes medidas tomadas por Eugênio Gudín quando a frente do Ministério da Fazenda, na qual intitulada Instrução nº 113 da Sumoc. Objetivavam com a instrução nº 113 criar condições favoráveis à realização de investimentos estrangeiros no Brasil, através da concessão de licenças sem cobertura cambial para a importação de máquinas por parte de empresas estrangeiras associadas a empresas brasileiras. Os setores nacionalistas criticaram intensamente a medida, que posteriormente no governo Juscelino Kubitschek foi amplamente utilizado, para favorecer a entrada de capitais externos sob a forma de equipamentos industriais, em especial para os setores automobilístico, siderúrgico e de construção naval (ABREU, 2001: p. 2668).

Eugênio Gudín começou a se desentender com Café Filho por ter o presidente negociado com Jânio Quadros um afrouxamento da política econômica do governo, a qual já causou em São Paulo uma séria crise no setor bancário e nas indústrias de bens de capital. Assim, Eugênio Gudín discordou que se entregasse o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil à direção de paulistas, que, segundo ele, interromperiam o programa de estabilização. Em consequência, pediu exoneração do seu cargo de ministro no dia 3 de abril 1955, assumindo em seguida a presidência da Companhia Paulista de Força e Luz. Eugênio Gudín foi acompanhado no ato de renúncia por Clemente Mariani e Rodrigo Otávio Jordão Ramos, que também se demitiram respectivamente da presidência do Banco do Brasil e do Ministério da Viação e Obras Públicas (ABREU, 2001: p. 2668).

No pleito de outubro de 1955 Juscelino Kubitschek e João Goulart, apoiados pela coligação PSD-PTB, foram eleitos Presidente e Vice-presidente da República, derrotando a chapa UDN integrada por Juarez Távora e Milton Campos. O governo de Juscelino Kubitschek, iniciado em janeiro de 1956, promoveu um intenso processo de industrialização previsto no chamado Plano de Metas, dando ênfase especial à implantação de indústrias de base com maciça participação de capitais estrangeiros. Durante o novo governo, Eugênio Gudín permaneceu no Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), que passara a integrar em 1937, e tomou parte nas atividades então empreendidas no órgão no tocante à política fiscal e orçamentária. Em 1956, Eugênio Gudín foi eleito, em Roma, para a diretoria da Associação Econômica Internacional, que presidiria a partir de 1959 (ABREU, 2001: p. 2668).

Contra o progressivo aumento da inflação decorrente de sua política econômica, o Presidente Juscelino Kubitschek anunciou em outubro de 1958 um programa de estabilização supostamente compatível com o processo industrializante. A aprovação do governo norte-americano para a concessão de um empréstimo de trezentos milhões de dólares ao Brasil dependeu da concordância do Fundo Monetário Internacional (FMI) com essa política de estabilização empreendida pelo ministro Lucas Lopes, da Fazenda. As medidas que tentaram conter a inflação, incluindo o corte de despesas públicas e a restrição à expansão monetária e creditícia, provocaram no primeiro semestre de 1959 uma forte oposição ao governo de Juscelino Kubitschek, principalmente dos setores industriais. As exigências do FMI no sentido de uma intensificação no programa restritivo levaram Juscelino Kubitschek a romper com o organismo internacional em junho de 1959, com o que discordou Eugênio Gudín, defensor da política de estabilização. Essa discordância, Eugênio Gudín a manifestou nos seus artigos em *Jornal O Globo*, no qual passou em 1958 a colaborar regularmente com uma coluna igualmente publicada no *Diário de São Paulo* (ABREU, 2001: p. 2668).

A renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, apenas sete meses após assumir o governo em sucessão a Juscelino Kubitschek, provocou uma intensa crise político-militar. Os ministros militares vetaram a posse de João Goulart, vice de Jânio Quadros, na sucessão presidencial. Tentaram justificar-se a posição alegando as ligações esquerdistas do líder do PTB. A resistência legalista centrou-se no Rio Grande do Sul, sob a liderança do Governador Leonel Brizola, que recebeu a adesão do III Exército. O Congresso

elaborou, então, uma saída para a crise, instituindo em 2 de setembro de 1961, através de Ato Adicional, o regime parlamentarista de governo, prevendo para 1965 a realização de plebiscito que decidiria sobre sua continuidade ou não. O novo sistema reduziu os poderes do presidente e permitiu que os militares aceitassem a posse de João Goulart, em 7 de setembro de 1961. O plebiscito foi antecipado para janeiro de 1963 sob a pressão dos setores democráticos para restabelecer novamente, por larga maioria de votos, o regime presidencialista (ABREU, 2001: p. 2668).

O governo João Goulart foi marcado por uma progressiva radicalização política, sendo objeto de uma intensa campanha de oposição liderada pela União Democrática Nacional (UDN) e pelos setores militares conservadores, que passaram a pregar a intervenção das forças armadas no processo através de um golpe de Estado. As medidas de socialização adotadas por João Goulart eram o principal alvo das críticas. Eugênio Gudín escreveu sistematicamente artigos contra o governo, chegando, em 1962, a apoiar uma intervenção golpista. A crise levou finalmente ao movimento militar de 31 de março de 1964, que depôs João Goulart. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência da República, e constituiu-se o chamado Comando Supremo da Revolução, integrado pelo General Artur da Costa e Silva, o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o Almirante Augusto Rademaker, que possuíam o poder de verdade. Em 9 de abril de 1964 esse comando militar promulgou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), determinando a eleição dentro de dois dias, pelo Congresso Nacional, do novo Presidente da República. Com efeito, no dia 11 foi eleito o General Humberto de Alencar Castelo Branco, ratificando a escolha das forças armadas (ABREU, 2001: pp. 2668-2669).

Eugênio Gudín apoiou o movimento militar e a partir de 1964 se manteve em suas atividades jornalísticas, publicando regularmente em *O Globo* artigos sobre a política econômica do regime militar, abordando em especial a questão da inflação e um problema que considerava da mais alta gravidade, a crescente estatização da economia brasileira (ABREU, 2001: p. 2669).

Membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio de 1966 a 1976, em abril de 1983 foi veiculada a notícia de que um documentário de longa-metragem sobre Eugênio Gudín e a importância de seu pensamento, que estava ameaçado de não ser terminado por falta de verba que garantisse o prosseguimento da produção, teve sua realização

assegurada pela liberação de ajuda financeira por parte de um grupo de amigos do economista. Além dos relatos do próprio Gudin, o documentário incluía depoimentos sobre ele, dados pela escritora Raquel de Queirós, pelo deputado e banqueiro José de Magalhães Pinto, pelo general Antônio Carlos Murici, pelo economista e ex-ministro Mário Henrique Simonsen, pelo empresário Israel Klabin e pelo ex-ministro da Fazenda Otávio Gouveia de Bulhões. O filme, *O homem de dois séculos*, ficou pronto em agosto de 1984 (ABREU, 2001: p. 2669).

Ao completar 99 anos em 12 de julho de 1985, manifestou profundo ceticismo com a situação econômica do Brasil. Ao mesmo tempo, porém, expressava uma manifestação de confiança na Nova República, sentindo-se no dever de encorajar, de ter um espírito construtivo naquele momento (ABREU, 2001: p. 2669).

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 24 de outubro de 1986. Foi casado com Florence Gudin e, em segundas núpcias, com Violeta Gudin. Não teve filhos (ABREU, 2001: p. 2669).

Membro da Real Sociedade de Economia de Londres publicou além de um grande número de artigos em jornais e revistas especializadas, os seguintes livros: *Princípios de economia monetária* (1943), *Para um mundo melhor - ensaio sobre problemas de após guerra* (1943), *Inflação e economia de guerra* (1944), *Rumos de política econômica* (1945), *A rendição da guarda e outros escritos* (1949), *Inflação, crédito e desenvolvimento* (1956), *Inflação, importação e exportação, café, crédito, desenvolvimento, industrialização* (2ª ed. 1959), *Análise de problemas brasileiros - Coletânea de artigos 1958-1964* (1965), *Reflexão e comentários: 1970-1978*. (1978), *O pensamento de Eugênio Gudin* (1978), *para um Brasil melhor* (s/d) (ABREU, 2001: p. 2669).

A seu respeito foram publicados, entre outros, *Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos*, de Alexandre Kafka e outros (1979), e *A controvérsia do planejamento na economia brasileira - coletânea da polêmica Simonsen x Gudin*, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo, Instituto de Planejamento Econômico e Social, introdução de Carlos von Doellinger (1977) (ABREU, 2001: p. 2669).

CAPÍTULO III – A controvérsia sobre o Planejamento da Economia Brasileira

Os temas do desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, planejamento foram alvos de recorrentes debates político-ideológicos nos anos 40 a 60, foram igualmente marcos definidores de diferentes pensamentos dos economistas, onde se misturam as questões teóricas com as disputas políticas, mostrando de e um lado, à direita “entreguista”, monetarista ortodoxa e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa (LOUREIRO, 1997: p. 32).

Assim, entram em cena os modelos econômicos baseados na política do intervencionismo ou dirigismo em vários países capitalistas, inclusive nos mais atrasados como o Brasil, dividindo a economia política burguesa em duas grandes correntes relativamente antagônicas: o intervencionismo e o liberalismo econômico (MANTEGA, 1984: p. 26).

Houve cada vez mais pressão na necessidade de estudos e de projetos de longo alcance para equacionar o problema do desenvolvimento econômico brasileiro, buscando o uso de técnicas mais adequadas e apuradas. Muitos foram os caminhos tentados pelo governo, dentre os quais está, o promovido pelo novo ambiente político internacional criado pela guerra (DRAIBE, 1985: p. 110).

No Brasil essa problemática (intervenção do Estado e liberalismo econômico) surge nos anos 30, e ganha importância com a polêmica travada na década de 40, entre dois personagens de maior destaque, tanto no plano teórico, quanto na vida político-econômica do país: o primeiro, Roberto Simonsen, empresário, líder da Federação das Indústrias de São Paulo, defendendo o intervencionismo; e o segundo, Eugênio Gudim, professor de economia, diretor de empresas estrangeiras de serviços, defendendo o liberalismo (MANTEGA, 1984: p. 26).

Mas por trás das duas posturas teóricas rivais revela-se o jogo de interesses das principais forças sócio-econômicas (agro-exportadores versus burguesia industrial) do país nas primeiras décadas do século XX. De um lado, estavam as oligarquias agro-exportadoras, compromissadas com a burguesia comercial importadora e exportadora, e com o imperialismo comercial e financeiro, na defesa do livre trânsito de capitais e mercadorias, tanto estrangeiros

quanto brasileiros, e discordavam da mudança dos recursos para outras atividades que não as referentes à produção agro-exportadora e sua infra-estrutura.

No início da década de 40, o debate entre idéias contrárias no limite econômico começa a tomar forma com a polêmica estabelecida entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen que foi mais tarde conhecida como a “controvérsia sobre o planejamento econômico”. Estando de um lado, Roberto Simonsen como membro e relator do Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (CNPIC), propondo a ampliação da intervenção estatal na economia através do planejamento e da adoção de medidas protecionistas às indústrias brasileiras. Já do outro, Eugênio Gudín, defensor do liberalismo econômico, que rejeitou como relator da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) as propostas de planejamento e o excessivo protecionismo governamental às indústrias brasileiras, e sugeriu reformas nas áreas monetária e fiscal e a restrição da atuação do Estado apenas como medidas corretivas das tendências de desvio do mercado. As disputas no campo das idéias entre Gudín e Simonsen tiveram repercussão importante no Congresso, nos meios empresariais e na imprensa. As críticas de Gudín foram publicadas em livro em março de 1945, sob o título “Rumos da política econômica”. Três meses depois vêm a réplica de Simonsen, também em livro: “O planejamento da economia brasileira”. Em agosto de 1946, Gudín ataca novamente, com a publicação da “Carta à Comissão de Planejamento”, que encerra o debate (LOUREIRO, 1997: pp. 32-33).

O que importa ressaltar da controvérsia, é o efeito peculiar do debate. Trazendo a tona, já nos anos 40, o processo de reconhecimento da competência do economista como interlocutor político. Nesse sentido, os dividendos puderam ser capitalizados por Gudín, que tinha posição de destaque nos meios acadêmicos como professor catedrático da mais importante escola de economia da época e diretor do centro de estudos econômicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ocupando tal posição, Gudín e seus colegas enfrentariam também, nos anos 50, os ataques dos membros da Cepal, que fizeram oposição com as teses estruturalistas. Essa situação conduziu Gudín à pretensão de monopolizar o ponto de vista científico no tocante aos problemas econômicos (LOUREIRO, 1997: p. 33).

Na verdade, fazendo uma análise mais profunda do assunto, nos revela que esse período da controvérsia se caracterizou por um amplo debate em torno da idéia de “planificação nacional”, através do qual, confrontaram-se posições doutrinárias distintas e até contraditórias, como expressão das várias correntes representadas na estrutura de poder (DINIZ, 1978: p. 201).

O acontecimento da Segunda Guerra Mundial forçou a criação de mais alguns órgãos de importante ação centralizada: em 1942, a criação da Coordenação da Mobilização Econômica; em 1944, foram constituídos o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, e a Comissão de Planejamento Econômico. Atuação no que se refere a planejamento e industrialização na economia brasileira (DRAIBE, 1985: p. 92).

Da importância dos órgãos de planejamento da política econômica, destacamos além do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC, 1944-46) e a Comissão Planejamento Econômico (CPE, 1944-45). Na esfera dessas duas últimas entidades desenvolveu-se um intenso debate em torno de qual caminho deve prosseguir a economia brasileira. Estamos nos referindo à famosa controvérsia entre Roberto Simonsen, relator do CNPIC e defensor da ampliação das práticas de medidas protecionistas às indústrias brasileiras, e Eugênio Gudín, relator da CPE, defensor do pensamento liberal, rejeitou o dirigismo estatal e a política protecionista (GOMES, 1994: p. 93).

A criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e da Comissão Planejamento Econômico (CPE), em 1944, juntou-se as tentativas de instituir um sistema de planejamento, uma questão bastante em moda numa década marcada pela “economia de guerra” e pelos resultados surpreendentes demonstrados pela planificação soviética. O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Ministro Alexandre Marcondes Filho, a CNPIC aplicou-se à elaboração de estudos visando uma proposta de “planificação nacional”. O trabalho foi realizado sob a orientação de Roberto Simonsen, com o objetivo a consolidar os princípios fundamentais que devem guiar o desenvolvimento industrial-comercial do Brasil. Já a instalação da Comissão Planejamento Econômico (CPE), subordinada

ao Conselho de Segurança Nacional, e sua composição liberal marcaram o intuito do Presidente da República, Getúlio Vargas, de limitar a repercussão das propostas de Roberto Simonsen e do CNPIC (GOMES, 1994: p. 93).

Assim, duas propostas de institucionalização da planificação econômica foram debatidas no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC): a de Roberto Simonsen, representante dos industriais, e a da Seção Técnica do Conselho, cuja elaboração é atribuída a Rômulo de Almeida. Segundo a proposta de Simonsen, o próprio CNPIC se transformaria no órgão máximo de planejamento, diretamente subordinado à Presidência da República. A execução do plano seria de responsabilidade de uma Junta de Planificação Econômica formada por onze comissões técnicas, compostas por representantes das classes produtoras e por técnicos especializados em economia, estudo estatístico das populações e assuntos sociais. Já a proposta da Seção Técnica do Conselho, de Rômulo de Almeida, o órgão central do plano seria um Conselho Nacional, presidido pelo presidente da República e composto pelos ministros, chefes do Estado-Maior e outras “personalidades”, e como alternativas, sugeria que o órgão central se formasse pela fusão do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) e do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), ou que se constituísse pelo próprio Conselho da Economia Nacional, como estava previsto na Carta de 1937 (DRAIBE, 1985: pp. 114-115).

Enquanto ocorre à discussão no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), o Governo Federal implanta a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), este subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Criado em maio de 1944, a CPE só começa a funcionar em outubro, quando o projeto do CNPIC é concluído. Uma das finalidades da CPE foi de estabelecer bases permanentes a experiência da Coordenação da Mobilização Econômica, mas na verdade há indícios de que sua criação tenha também sido inspirada por objetivos de caráter político: o enfraquecimento do CNPIC. De qualquer forma, uma das primeiras preocupações da CPE é de limitar a repercussão do projeto do CNPIC. O projeto foi encaminhado pela Presidência da República à CPE, tendo sido escolhido relator da matéria Eugênio Gudín, defensor de uma progressiva liberalização da economia, no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A composição da CPE, ainda que alguns participantes estejam comprometidos com a idéia do fortalecimento do setor industrial, foi favorável à

tendência anti-intervencionista, que ganhou impulso no Brasil, na medida em que se aproximava o fim da Guerra (DINIZ, 1978: p. 206).

Segundo Draibe é sem dúvida e intrigante que se tenha criado a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em maio de 1944, no auge das discussões que se desenvolviam no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), e mais ainda, que o relatório do Conselho fosse enviado à apreciação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Esse fato tem gerado interpretações distintas, ou atribuem ao maquiavelismo de Vargas ou à sua intenção de chegar a um perfeito esquema de planificação da economia brasileira, ou ainda à intenção de neutralizar a projeção de Roberto Simonsen. As três possibilidades, embora possam conter alguma verdade, deixam de lado o problema político central dos limites da autonomia deste Estado que, no episódio, revelou sua face frágil. É inegável que, desde meados dos anos 30 e principalmente durante o Estado Novo, inscreviam-se, na lógica de expansão do aparelho regulatório estatal e do projeto de industrialização pesada, os requerimentos de intervenção, planificação e aprofundamento dos controles econômicos. Mas a conjugação de forças políticas que sustentou um e outro período, o que vai até 1937 e o que se estende até 1945, se abriu espaço à ação industrializante do Estado, também não deixou de conter fortíssimos elementos de resistência à industrialização, à nacionalização das políticas, à intervenção e ao planejamento (DRAIBE, 1985: p. 116).

Eugênio Gudín criticou o que considerou de uso errôneo de conceitos e argumentos econômicos, e assim, rejeitou a proposta do CNPIC. Dentro de uma orientação ortodoxa, o parecer de Eugênio Gudín recomenda uma política de austeridade econômica, considerando o crescimento dos meios de pagamento, a alta de preços e a inflação os principais problemas a serem enfrentados por uma reformulação da política monetária. Eugênio Gudín também sugeriu as medidas a serem tomadas, cita a redução do volume de obras e investimentos do Governo federal, bem como a restrição e controle do crédito, através de um Banco Central. Para Eugênio Gudín a meta do equilíbrio econômico é também importante, sugerindo no seu parecer que o problema fundamental deve ser deter a inflação e não aumentar a produção. Eugênio Gudín alegou que o Brasil passava por uma situação de emprego total, e preconizou a redução dos investimentos ao limite dos fatores de produção e de transportes (DINIZ, 1978: pp. 206-207).

Já do outro lado, estavam as forças sociais que ganhavam projeção no modelo de expansão urbano-industrial, moldada pela emergência e consolidação da acumulação industrial em bases nacionais, desprovida de proteção da concorrência externa, de infraestrutura, insumos, enfim, de uma maior intervenção estatal. As classes ou grupos sociais oriundos desse novo perfil econômico da sociedade juntavam-se em torno de um projeto de constituição da nação brasileira, num esforço para colocar uma pedra no passado colonial e se conseguir um novo status de prestígio para o Brasil na ordem capitalista mundial. Daí começava a nascer um projeto de desenvolvimento, liderado pelos segmentos mais diferentes e até antagônicos da população, estes formados por parte considerável dos militares, o grosso da classe média, parcela expressiva do novo empresariado industrial, passando pelas massas urbanas e pelo crescente proletariado, então seduzidos pelas lideranças pequeno-burguesas e pelos intelectuais de esquerda em geral (MANTEGA, 1984: p. 26).

Mas os núcleos industrializantes, que fazem parte dos conselhos, comissões ou departamentos técnicos, juntos com elementos da cúpula ministerial (como, por exemplo, o Ministro do Trabalho) ou pelo próprio Presidente da República, tinham também divergência de idéias com elementos da cúpula política, ou facções burocráticas diversas do Governo, como por exemplo, o Ministro da Fazenda, Souza Costa, que na ocasião era um banqueiro e adepto incondicional do liberalismo econômico, assim como o diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil, Souza Dantas, que identificava o interesse nacional ao dos exportadores (DRAIBE, 1985: p. 116).

Compete a Roberto Simonsen, representando o segmento mais modernizante da burguesia industrial brasileira, fornecer um trabalho inicial do novo projeto de desenvolvimento, baseado na industrialização e numa ideologia econômica que contrarie o velho liberalismo, devido à grande intervenção do Estado na economia e às medidas protetoras à nascente industrialização.

Do ponto de vista teórico, Roberto Simonsen propunha um projeto de desenvolvimento que mexesse o menos possível os interesses econômicos das oligarquias agro-exportadoras, buscando o velho caminho da conciliação (o chamado Estado de compromisso) que vinha caracterizando o Estado brasileiro desde a República. Em outras palavras, propôs um avanço mais acentuado da industrialização por meio da proteção tarifária e com base na infra-estrutura a ser proporcionada pelo Estado, mantendo a importância do

setor exportador enquanto fornecedor, tanto das divisas para as crescentes importações brasileiras, quanto das matérias-primas e alimentos requeridos pela expansão urbano-industrial, claro que tudo isso orientado e sincronizado pelo planejamento estatal.

A argumentação de Roberto Simonsen, seus conhecimentos de economia como ciência, eram extremamente precárias, o que deu a Eugênio Gudín, em todas as etapas do debate, uma grande superioridade “técnica”. A posição de Roberto Simonsen tinha mais sentido na esfera política e doutrinária, além de possuir uma longa experiência administrativa (GUDIN, 1978: p. 15).

Tanto Eugênio Gudín como Roberto Simonsen, se valeram de suas respectivas “vantagens comparativas intelectuais”. Eugênio Gudín, antes de tudo economista e pessoa estudada, sábio brilhante, e Roberto Simonsen, erudito, humanista e historiador, além de homem público e político experiente (GUDIN, 1978: p. 17).

A orientação liberal de Eugênio Gudín revelou-se claramente em crítica ao projeto de Roberto Simonsen, argumentando que é preciso escolher entre dois caminhos: capitalismo de Estado com regime totalitário e supressão da propriedade privada dos meios de produção, ou o da democracia política e da economia liberal (DINIZ, 1978: p. 207).

Deve-se observar que o projeto de desenvolvimento brasileiro limitou-se a propor modificações na esfera das atividades econômicas, deixando praticamente intocadas as instituições políticas brasileiras. Essa carência de um novo projeto de predomínio político indicou que certas frações emergentes da burguesia industrial brasileira não pretendiam ou não reuniam condições para subtrair o poder político das mãos das outras classes ou frações das classes dominantes remanescentes (agro-exportadora), mas na verdade desejar apenas compartilhar, conservando as mesmas bases autoritárias vigentes na jovem república brasileira.

Por último o comércio exterior, o parecer de Eugênio Gudín revela também uma posição claramente liberal. Ele critica as medidas protecionistas para reduzir as importações, e reforça que o objetivo do comércio externo é de exportar muito e importar muito, para assim expandir e dinamizar o intercâmbio com as demais nações. Já os líderes industriais que, através de suas associações de classe, reivindicaram uma política mais protecionista, Eugênio Gudín coloca-se frontalmente contra. Eugênio Gudín frisa que é necessário acabar com qualquer restrição ao comércio exterior, condena o regime de licença prévia para as

importações (portaria da CEXIM de 23/1/45), considerando a proibição de importar tudo o que pode concorrer com a indústria nacional é uma medida de caráter totalitário, que, além disso, desestimula o aumento da produtividade (DINIZ, 1978: p. 207).

Para Eugênio Gudín os princípios estabelecidos pelo Acordo de Bretton Woods são indicados como a melhor forma de conduzir a política cambial e a política de comércio internacional. Defende o capital estrangeiro a livre entrada e saída de capital e o regime de igualdade de tratamento com relação ao capital nacional, e também, sugere a abolição de quaisquer restrições ou impostos que incidam sobre a remessa de lucros, juros ou dividendos de capitais estrangeiros investidos no Brasil (DINIZ, 1978: p. 207).

O debate foi deflagrado a partir do envio à Comissão Planejamento Econômico (CPE) de um relatório preparado por Roberto Simonsen propondo a planificação da economia brasileira. Como relator da CPE, Eugênio Gudín encarregou-se de analisá-lo. Suas conclusões, foram extremamente críticas, publicadas em março de 1945, sob o título de “Rumos de política econômica”. A réplica de Roberto Simonsen veio três meses depois com a publicação de “O planejamento da economia brasileira”. A resposta final ficou por conta de Eugênio Gudín, que escreveu “Carta à Comissão do Planejamento”, em agosto do mesmo ano, por ocasião do encerramento das atividades da CPE (GOMES, 1994: pp. 93-94).

Que esse debate tenha tido grande repercussão na imprensa e nos meios empresariais talvez não seja o elemento de maior significação, senão um sintoma importante da disputa que se processava entre as elites dirigentes do país. Nesse sentido foi além disso, pois a controvérsia constituiu em elemento fundamental da criação do espaço social a ser ocupado pelos economistas, na medida em que promoveu o reconhecimento do saber econômico como um dado relevante no jogo político brasileiro. E dessa maneira, que a “controvérsia do planejamento dos anos 40” trouxe hoje à mente dos economistas a valorização como o marco inaugural de sua carreira (GOMES, 1994: p. 94).

A posição de Eugênio Gudín sugere o reforço aos princípios monetaristas, pelos quais seguiram alguns órgãos governamentais, como o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil. Eugênio Gudín defende a eliminação gradual dos mecanismos de intervenção do Estado na economia, a fim de retornar a livre iniciativa e garantir o livre jogo das forças do mercado.

Mas para um projeto econômico, o parecer de Eugênio Gudín somente recomenda uma industrialização do tipo controlada, através de uma política restritiva de apoio apenas às indústrias compatíveis com o que dispõe de recursos o país. Para Eugênio Gudín, na verdade, é um tipo de industrialização subordinada aos interesses do setor externo da economia, ou seja, voltada para fora. De acordo com Eugênio Gudín, o papel do Governo, naquele momento, deve ser voltado para o revigoramento do setor agro-exportador e a preservação de sua preponderância na economia do Brasil: “precisamos é de aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar”, afirmado em seu trabalho apresentado na Comissão Planejamento Econômico (CPE) (DINIZ, 1978: pp. 207-208).

Eugênio Gudín criticou de forma sistemática, ao longo de todo esse período da história brasileira, as concessões do Governo aos interesses industriais, em especial a política protecionista. Em um de seus estudos do início dos anos quarenta, Eugênio Gudín combate esta política protecionista, responsabilizando-a pela baixa produtividade da indústria nacional, em virtude conseqüente redução da concorrência:

Segundo Eugênio Gudín:

“O interesse econômico nacional está no aumento da produtividade técnica, estimulado pela livre concorrência, enquanto que o interesse dos negociantes reunidos em conciliábulo é o da defesa das situações adquiridas e da manutenção do “status quo”, através da fixação de quantidade e de preços baseados nos custos de produção dos menos capazes” (GUDÍN, Apud, DINIZ, 1978: p. 208).

Para Eugênio Gudín o fim das barreiras alfandegárias, além de contribuir para maior eficiência do setor industrial, seria ainda, indispensável para estimular o comércio internacional. Assim sendo, a atuação de Eugênio Gudín na Comissão Planejamento Econômico (CPE) seria coerente com todo o pensamento dos setores anti-protecionistas e anti-intervencionistas.

A questão da criação de uma instituição financeira para implantação das indústrias de base mereceu o veto de Eugênio Gudín. Eugênio Gudín manifestou clara resistência dos setores mercantis e financeiros à constituição de um banco de investimentos que sustentasse o processo de industrialização (DRAIBE, 1985: p. 125).

Numa certo momento, a controvérsia sobre a planificação ultrapassou os limites dos dois órgãos (CNPIC e CPE) onde, a nível de governo, a polémica se travou. Sendo Roberto Simonsen o principal articulador do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC). Roberto Simonsen procurou sensibilizar o conjunto das classes empresariais para a idéia de um plano de desenvolvimento industrial para o pós-guerra, convenceu a Confederação Nacional das Indústrias a organizar uma reunião das federações industriais e associações comerciais, com o objetivo de fixar a posição do setor empresarial em relação às questões econômicas mais relevantes. O Primeiro Congresso Brasileiro de Indústria foi realizado em dezembro de 1944, aproveitando de uma exposição industrial. Roberto Simonsen discursou no primeiro dia da instalação do Congresso, e neste, expôs à necessidade de acelerar o ritmo de desenvolvimento industrial do Brasil, dentro de uma perspectiva de modificações gerais na economia, e ao mesmo tempo elevar o poder aquisitivo da população, tendo como objetivo o fortalecimento do mercado interno (DINIZ, 1978: pp. 208-209).

Nesse contexto, não se pode levar o projeto de desenvolvimento, apresentado por Roberto Simonsen, como um projeto de dominação ou de hegemonia da burguesia industrial brasileira, mesmo que este, à semelhança dos projetos de hegemonia, esteja usando uma série de medidas sociais para estender os supostos benefícios da industrialização a toda população. Na verdade, foi um projeto de transformação engendrada por uma nascente burguesia conservadora (industrial), nos moldes da que foi na Itália e outros países europeus, que teve como objetivo inicial atender as crescentes pressões das massas urbanas e, ao mesmo tempo, atrair e agregar essas populações para o novo projeto social (MANTEGA, 1984: p. 27).

Também na abertura do Congresso, Roberto Simonsen realçou a importância da intervenção do Estado na economia para garantir um rápido ritmo de crescimento econômico com elevação da renda nacional. Finalmente, Roberto Simonsen defendeu a planificação econômica como necessário, salientando a compatibilidade entre planejamento econômico e democracia política. Essa colocação de Roberto Simonsen visou responder o teor ideológico de certas críticas que associaram o conteúdo da idéia de plano aos regimes totalitários. Nessa ocasião, Roberto Simonsen fez referência aos trabalhos do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), divulgando o anteprojeto elaborado pelo órgão e encaminhado ao Presidente da República em outubro de 1944.

Na realidade, o projeto de Roberto Simonsen exigiu um ritmo mais acelerado de desenvolvimento econômico, somente alcançado numa intensa industrialização e pelo maior aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis, isso tudo, através do planejamento integral da economia brasileira. Além disso, os desenvolvimentistas alegaram, que o Brasil não consegue uma estrutura sócio-econômica forte e estável, para alcançar um patamar econômico respeitável na comunidade internacional.

O Congresso Brasileiro de Indústria, que aconteceu de 8 a 18 de dezembro de 1944, foi dividido em várias comissões, onde foram debatidos os problemas a serem enfrentados no período após guerra e a política mais adequada para fortalecer o parque industrial brasileiro. Uma das Comissões, foi dirigida por Roberto Simonsen, nela se desenvolveu o tema Planificação Econômica do Brasil no Setor das Atividades Industriais, sido apresentados vários trabalhos sobre o assunto. As conclusões da Comissão, que foram aprovadas pelo plenário, confirmaram os princípios aprovados no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) (DINIZ, 1978: p. 209).

O Ato Adicional de 28 de fevereiro de 1945, alterando vários aspectos da Carta de 1937, incluiu no seu art. 179 transformações nas atribuições do Conselho, tirando as que, naquela Constituição, lhe imprimem mais decisivamente um caráter corporativo e corporativizante. O mesmo Ato determinou que o Conselho da Economia Nacional será constituído antes da instalação do parlamento, o que não implicou, na época, nenhuma providência formal em relação às atividades do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), porém significou a decisão, por parte do governo, da constituição de um órgão geral de coordenação, de seu formato e dos seus poderes. Mas o Conselho de Economia Nacional nunca foi instalado (DRAIBE, 1985: p. 118).

É nesse contexto histórico de transformações que emerge a polêmica entre o intervencionismo desenvolvimentista (Simonsen) e o liberalismo econômico (Gudin), que, na verdade, já se manifestara na década anterior, década de 40, quando o líder empresarial Roberto Simonsen digladiava idéias com o professor Eugênio Gudin, o principal porta-voz do monetarismo neoclássico no Brasil. Entretanto, somente nos anos 50 essa discussão transformou-se em um verdadeiro confronto teórico, com a entrada em cena de vários intelectuais e mesmo de instituições especializadas (MANTEGA, 1984: p. 12).

O Relatório e a Crítica

Relatório ao Conselho por Roberto Simonsen

O relatório foi um parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial pelo Sr. Roberto Simonsen, em 16 de agosto de 1944. O parecer tem como objetivo que se investigue a evolução econômica brasileira com o intuito de saber se já atingiu os patamares econômicos para as políticas de desenvolvimento industrial e comercial do Brasil. O Conselho tem que fazer as críticas ao parecer, apresentando sugestões e conclusões (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 23)

O Enriquecimento Ilusório

Segundo o Sr. Howard, técnico da Comissão de Fomento Interamericano, ele verificou que, em números globais comparadas as cifras referentes aos anos de 1938 e 1942, diminuíram o volume de materiais e matérias-primas exportadas das Repúblicas ibero-americanas para os Estados Unidos. Na verdade o registrado foi o aumento na exportação de alguns artigos e um considerável acréscimo em muitos dos preços (GUDIN, SIMONSEN, 1978: pp. 24-25).

O EUA importou mais cobre, minério de manganês e cromo, borracha, madeira de balsa, sisal, henequém (erva originária do México, fonte Dicionário Aurélio) e cristais de rocha. Desses, apenas três artigos tiveram a sua exportação elevada em mais de 100%: o minério de cromo, os cristais de rocha e a madeira de balsa. Os preços, porém, subiram de 451% nos cristais de rocha, 154% na mica, 200% no óleo de oiticica, 67% no minério de ferro, 20% no minério de manganês, 73% no minério de antimônio e 213% na borracha (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 25).

Segundo Howard, durante a guerra, os produtos importados dos países latino-americanos são oriundos da indústria extrativa, que requerem pequenos equipamentos (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 25).

Assim, os altos preços da indústria extrativa, dentro de um período guerra, criaram os moldes para enriquecimento ilusório dos países latino-americanos, que para voltar as

condições dos mercados internacionais do pós-guerra, tem que melhorar, em muito, a sua capacidade de competição comercial e industrial (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 25).

A Visão Norte-Americana

Simonsen usa dos argumentos da Missão Técnica Norte-Americana com o objetivo de implementação da reforma econômica brasileira, do uso da Planificação como caminho para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Roberto Simonsen:

“A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos” (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 26).

A Missão assinala os pontos de maior fraqueza do Brasil industrial: 1) a dependência da importação de petróleo que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 26).

A Missão Norte-Americana aponta a industrialização como caminho para o desenvolvimento e também os principais problemas da infraestrutura básica (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 27).

A Situação Brasileira

Houve um sensível progresso em vários ramos de nossas indústrias transformadoras, como se verifica a seguir. Cresceu a nossa produção em quantidade e valor, nas seguintes atividades: artefatos de borracha, tecidos, ferro gusa, ferro laminado, aço, artefatos de ferro e aço, maquinários em geral, produtos farmacêuticos, louças e vidros, seda, lâmpadas e aparelhos elétricos, tintas e vernizes, aparelhos sanitários (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 28).

Roberto Simonsen verifica que houve certa evolução econômica em algumas atividades industriais básicas, e segundo ele poucas foram criadas pela iniciativa privada, mas sim promovidas pelo Governo Federal (GUDIN, SIMONSEN, 1978: pp. 28-29).

A falta de combustíveis, a deficiência de transportes, a ausência de indústrias básicas fundamentais, as dificuldades de técnicos e de mão-de-obra apropriada, impediram um maior surto industrial (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 29).

Roberto Simonsen entende que a falta mão-de-obra apropriada e técnicas específicas impediram um maior surto industrial. Como também, as indústrias extrativas de materiais estratégicos e a agricultura de produtos ricos atraíram uma maior atenção dos produtores rurais e trabalhadores, em prejuízo da produção dos artigos de primeira necessidade para indústria (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 29).

Os Padrões de Vida

O consumo médio de um paulista é três vezes superior ao do brasileiro em geral. O Estado de São Paulo possui grandes regiões empobrecidas e ainda não alcançou um adequado nível de progresso material (GUDIN, SIMONSEN, 1978: pp. 31-32).

Roberto Simonsen chama atenção ao problema da renda nacional e a diferença de consumo médio de uma região para outra (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 32).

A Renda Nacional

Roberto Simonsen entende que a produção, para o mercado interno, está condicionada ao consumo. E este ligado ao melhoramento da educação da população e de sua renda. E que o aumento das exportações não resolveu o problema de desenvolvimento econômico e social. Acredita em outro método de mobilização (desenvolvimento industrial), não o clássico (para fora), para desenvolver o Brasil (GUDIN, SIMONSEN, 1978: pp. 32-33).

A Planificação Económica

Roberto Simonsen coloca-se favorável à planificação da economia, e mostra a seguir alguns pontos que podem ser implementados para se torna realidade esse projeto.

A parte nuclear do programa de planificação tem que ser constituída pela industrialização visando à elevação da renda a um nível suficiente para atender ao desenvolvimento de toda a sociedade. Junto a essa industrialização, o aperfeiçoamento da produção agrícola é importante para atender a todos os ramos da economia (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 36).

Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao parque industrial brasileiro e a sua necessária sobrevivência na competição internacional. Assim, como também, a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional. E a criação de bancos industriais e outros estabelecimentos de financiamento (GUDIN, SIMONSEN, 1978: pp. 36-37).

Financiamento e Intervencionismo

Para início do financiamento de certo programa, o Brasil poderia empenhar pelo menos 50% de suas atuais disponibilidades no estrangeiro (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 35).

Já a obtenção do financiamento geral poderia ser negociada com os Estados Unidos. A operação deveria ser negociada em moldes diferentes dos empréstimos habituais, quanto à fixação de juros, prazo e amortização (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 35).

Os juros seriam, inicialmente, substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das explorações industriais e, eventualmente, nos saldos de novas exportações, em geral, de forma a evitar-se a supercapitalização dos investimentos (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 35).

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa

privada, para que não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes (GUDIN, SIMONSEN, 1978: p. 36).

Capitalismo Naturalista de Eugênio Gudín

Eugênio Gudín foi o mais importante economista conservador brasileiro, e líder teórico da corrente de pensamento neoliberal, responsável pelo primeiro trabalho sério de ensino e legitimação da teoria econômica no Brasil (BIELSCHOWSKY, 2000: p. 40).

Para Gudín o capitalismo é uma técnica natural de produção, e destaca-se no seu caráter racional de gerir a economia. E essa racionalidade não é dirigida, é cada vez mais aprimorada na evolução da humanidade.

Eugênio Gudín se identificou profundamente com o pensamento de Viner e Haberler, dois dos maiores livre-cambistas de sua época. Que levavam em conta a existência de ciclos econômicos, para validar o livre-cambismo frente a argumentos protecionistas (BIELSCHOWSKY, 2000: p. 41).

Eugênio Gudín encontrou nessas obras o suporte teórico ideal para seu posicionamento em relação à questão central do debate desenvolvimentista dos anos 40 e 50, isto é, as políticas econômicas de apoio à industrialização (BIELSCHOWSKY, 2000: p. 41).

Para Eugênio Gudín, há países mais atrasados do que outros, reconhecendo esse atraso como evolução natural do sistema.

Eugênio Gudín foi o grande adversário teórico dos desenvolvimentistas brasileiros de orientação nacionalista. Um adversário aguerrido, sem dúvida, porque, politicamente, era um liberal e um conservador dos mais fervorosos. Talvez por isso mesmo, sua discussão relativa à questão do planejamento econômico seja algo incompleta se comparada a outras questões essenciais. Predominou nessa questão sua obsessiva oposição política a intervenções do Estado na economia, que considerava corresponderem a perigosas concessões ao socialismo. Daí decorre o tom marcadamente ideológico de alguns de seus textos (BIELSCHOWSKY, 2000: p. 42).

Eugênio Gudín prega o capitalismo naturalista que consiste na economia de mercado. A economia brasileira deve ser voltada para o mercado externo, defendendo a exportação de produtos primários. Ao debater com Roberto Simonsen, lutou contra o intervencionismo a

favor da hegemonia da agricultura. Aceitou a industrialização somente como colaboradora do setor agro-exportador.

Eugênio Gudín sempre foi ligado a uma postura conservadora, na sua defesa do interesse agro-exportador. Colocava-se em oposição desenvolvimento industrial e planificação da economia mostrando-se veemente neoliberal.

CAPÍTULO IV - Conclusão

Esse período histórico da controvérsia se caracterizou por um íntimo debate em torno da idéia de “planificação nacional”, na qual, confrontaram-se posições doutrinárias diferentes e até contraditórias, todas representadas no bojo da estrutura do poder estatal.

A controvérsia começou de um lado com Roberto Simonsen, na ocasião membro e relator do Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (CNPIC), e propôs a ampliação da intervenção estatal na economia através do planejamento e da adoção de medidas protecionistas às indústrias brasileiras. Já do outro, Eugênio Gudín, defensor do liberalismo econômico, rejeitou como relator da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) as propostas de planejamento e o excessivo protecionismo governamental às indústrias brasileiras, e sugeriu reformas nas áreas monetária e fiscal e a restrição da atuação do Estado apenas como medidas corretivas das tendências de desvio do mercado.

A instalação da Comissão Planejamento Econômico (CPE), sendo relator Eugênio Gudín, teve o seu objetivo político, o de limitar a repercussão das propostas ou das idéias de Roberto Simonsen e do Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (CNPIC) no governo de Getúlio Vargas.

Eugênio Gudín criticou o que achou de errado nos conceitos e argumentos econômicos, e rejeitou a proposta do Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (CNPIC) de Roberto Simonsen. E dentro de uma orientação ortodoxa, o parecer de Eugênio Gudín recomendou uma política de austeridade econômica por parte do Estado, considerando o crescimento dos meios de pagamento, a alta de preços e a inflação os principais problemas a serem enfrentados por uma reformulação da política monetária. Eugênio Gudín também sugeriu algumas medidas a serem tomadas, citou a redução do volume de obras e investimentos do Governo federal, bem como a restrição e controle do crédito, através de um Banco Central. Para Eugênio Gudín a meta do equilíbrio econômico é também importante, sugerindo no seu parecer que o problema fundamental deve ser deter a inflação e não aumentar a produção. Eugênio Gudín preconizou a redução dos investimentos ao limite dos fatores de produção e de transportes. E em relação o comércio exterior, o parecer de Eugênio Gudín é extremamente liberal, critica as medidas protecionistas para

reduzir as importações, e reforça que o objetivo do comércio externo é de “exportar muito e importar muito”, para assim expandir e dinamizar o intercâmbio com as demais nações. Já por outro lado, os líderes industriais, através de suas associações de classe, reivindicavam uma política mais protecionista, e Eugênio Gudín colocou-se frontalmente contra. Eugênio Gudín frisa que é necessário acabar com qualquer restrição ao comércio exterior, considerando a proibição de importar tudo o que pode concorrer com a indústria nacional uma medida de caráter totalitário, e que isso desestimula o aumento da produtividade brasileira. Eugênio Gudín que participou, defendeu os princípios estabelecidos pelo Acordo de Bretton Woods como a melhor forma de conduzir a política cambial e a política de comércio internacional. Defendeu também a livre entrada e saída de capital e o regime de igualdade de tratamento com o capital estrangeiro com relação ao capital nacional, e sugeriu a abolição de quaisquer restrições ou impostos que incidam sobre a remessa de lucros, juros ou dividendos investidos no Brasil. Eugênio Gudín defendeu o livre jogo das forças do mercado, mas somente recomendou uma industrialização de tipo controlada, isto é, com apoio apenas às indústrias ligadas ao setor agro-exportador. Para Eugênio Gudín, na verdade, o papel do Governo deve ser de beneficiar o setor agro-exportador e a preservar a sua preponderância na economia do Brasil. Eugênio Gudín criticou de forma sistemática, ao longo de todo esse período da história brasileira, as concessões do Governo aos interesses industriais, em especial a política protecionista.

Roberto Simonsen procurou o tempo todo sensibilizar o conjunto das classes empresariais para a idéia de um plano de desenvolvimento industrial para o pós-guerra, convenceu a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) a organizar uma reunião das federações industriais e associações comerciais, com o objetivo de fixar a posição do setor empresarial em relação às questões econômicas de seu interesse. Roberto Simonsen discursou no primeiro dia da instalação do Congresso, expôs à necessidade de acelerar o ritmo de desenvolvimento industrial do Brasil, dentro de uma perspectiva de modificações gerais na economia, e ao mesmo tempo elevar o poder aquisitivo da população, tendo como objetivo o fortalecimento do mercado interno e da indústria. Roberto Simonsen realçou a importância da intervenção do Estado na economia para garantir um rápido ritmo de crescimento econômico com elevação da renda nacional. Finalmente, Roberto Simonsen defendeu a planificação

econômica como necessário, salientando a compatibilidade entre planejamento econômico e democracia política.

Em comparação, as argumentações de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, em todas as suas etapas, demonstram a maturidade que estava adquirindo o debate econômico levado a efeito pelos economistas no período de profundas transformações estruturais pelas quais o Brasil vinha sofrendo. Ficou claro que, grupos de técnicos e políticos, representados aqui por esses dois economistas, aglutinavam-se em posições opostas que se identificavam com o ideário de dois grandes interesses enraizados na estrutura econômica brasileira: a indústria e a agricultura de exportação.

O significado mais importante dessa controvérsia sobre o planejamento é, do ponto de vista do presente trabalho, ter representado a explicitação dos grandes traços de duas correntes de pensamento econômico brasileiro nascente logo que confrontado com os desafios impostos ao país pelo profundo processo de mudanças estruturais ocorrido após a crise de 1929.

Outro ponto importante é que ela representa a deflagração de uma disputa pelo poder e pela autoridade na elaboração das políticas públicas e pela ocupação dos postos-chave da burocracia pública brasileira. Essa disputa que se desdobra no plano intelectual dentro do campo da chamada ciência econômica é uma expressão dos conflitos entre os interesses dos grandes blocos de capitais representados pela indústria em ascensão e os interesses das velhas oligarquias exportadoras.

Essas duas matrizes do pensamento econômico tenderão a se desenvolver e reproduzir tanto no seio da burocracia pública quanto no debate acadêmico brasileiro. Elas estão na base do conhecimento econômico que se estrutura no país a partir do enfrentamento de seus próprios problemas. Eis o grande significado da controvérsia em torno do planejamento: a partir da reflexão sobre os grandes problemas do desenvolvimento econômico e industrial, e radicados num conflito político e ideológico, o início do processo de formação de uma personalidade do pensamento econômico brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de... [et al.]. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, Vol III / Gudin, pp. 2664-2669. Vol II / Simonsen, pp. 5481-5484.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. - 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BORGES, Maria Angélica. Eugênio Gudin: As Contravérsias do Neoliberalismo Caboclo. Revista de Economia Política, vol. 20, número 4 (80), outubro-dezembro/2000.
- DINIZ, Eli. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945/ Eli Diniz. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 – 1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- GOMES, Angela de Castro. Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1994.
- GUDIN, Eugenio; SIMONSEN, Roberto. A controvérsia do planejamento da economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 1978a .
- IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- LAFER, B.M. Planejamento no Brasil. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.
- MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo: Polis; Vozes, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Vozes, 1987.